



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PARA TODOS? TENSÕES E CONSENTIMENTOS EM TORNO DE
UM LIVRO DIDÁTICO DE OSPB NOS ANOS 1980.**



Fonte: Teixeira & Dantas (1980)

Marabá - PA

2023

ANA MARIA MENEZ CAVALCANTE

**EDUCAÇÃO PARA TODOS? TENSÕES E CONSENTIMENTOS EM TORNO DE
UM LIVRO DIDÁTICO DE OSPB NOS ANOS 1980.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves
(FACED/ICH/UNIFESSPA)

Marabá – PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

C377e Cavalcante, Ana Maria Menez
Educação para todos? tensões e consentimentos em torno de um livro didático de OSPB nos anos 1980 / Ana Maria Menez Cavalcante. — 2023.
70 f. : il. color.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Organização social e política do Brasil (Segundo grau). 2. Livros didáticos. 3. Ditadura - Educação. 4. Educação – História. I. Alves, Davison Hugo Rocha, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 371.32

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB 2/583

ANA MARIA MENEZ CAVALCANTE

EDUCAÇÃO PARA TODOS? TENSÕES E CONSENTIMENTOS EM TORNO DE UM LIVRO DIDÁTICO DE OSPB NOS ANOS 1980.

Data da Aprovação: Marabá (PA), 08 de Dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (UNIFESSPA) – orientador

Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Júnior (UNIFESSPA) – examinador interno

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA) – examinador externo

RESUMO

Este trabalho busca analisar a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) sob a perspectiva de um livro didático dentro do período de redemocratização no Brasil (1977-1985). Para compreender a culminância do período de redemocratização, observou-se quem eram os meios que controlavam o Estado e as mudanças ocorridas dentro desse período histórico no sistema educacional, através de leis e decretos-leis impostos pelos governantes, favorecendo seus interesses e um modelo educacional conforme sua demanda. Por fim, analisa-se como se deu a formulação da OSPB durante o processo de redemocratização brasileira, as alterações no decreto-lei nº869 de 12 de setembro de 1969 que tornou a disciplina OSPB obrigatória nos currículos escolares de 1º e 2º grau, e a análise crítica do livro didático de Francisco Teixeira e Dantas. Com isso, o presente trabalho surge das seguintes indagações: Que tipo e a quem destinava-se a educação? Essa resposta encontra-se na análise do livro didático de Teixeira e Dantas; como se dava a política educacional e cultural no período da ditadura militar? Essa pergunta é respondida através das políticas impostas pelos militares nas leis e decretos; sob quais interesses havia a necessidade de reformular o currículo nesse contexto histórico? Esse tópico é visto sob a perspectiva de Bittencourt (2007) e Schmidt (2004); como era a perspectiva da sociedade nesses livros didáticos e qual era de fato a realidade? Pela perspectiva de Laville (1999). Tais problematizações gerou inquietações, e através deste trabalho, elas serão esclarecidas.

Palavras-chave: OSPB, sistema educacional, livro didático, ditadura militar, redemocratização brasileira.

ABSTRACT:

This work seeks to analyze the discipline Brazilian Social and Political Organization (OSPB) from the perspective of a textbook within the period of redemocratization in Brazil (1977-1985). To understand the culmination of the period of redemocratization, it was observed who were the means that controlled the State and the changes that occurred within this historical period in the educational system, through laws and decree-laws imposed by rulers, favoring their interests and an educational model as per your demand. Finally, we analyze how the OSPB was formulated during the Brazilian redemocratization process, the changes in decree-law no. 869 of September 12, 1969, which made the OSPB subject mandatory in the 1st and 2nd school curricula. degree, and the critical analysis of the textbook by Francisco Teixeira and Dantas. Therefore, this work arises from the following questions: What type and for whom was education intended? This answer can be found in the analysis of the textbook by Teixeira and Dantas; How was educational and cultural policy during the period of the military dictatorship? This question is answered through the policies imposed by the military in laws and decrees; Under whose interests was there a need to reformulate the curriculum in this historical context? This topic is seen from the perspective of Bittencourt (2007) and Schmidt (2004); What was the perspective of society like in these textbooks and what was the reality? From the perspective of Laville (1999). Such problematizations generated concerns, and through this work, they will be clarified.

Keywords: OSPB, educational system, textbook, military dictatorship, Brazilian redemocratization.

A todas as Marias da minha Família: Marias José, Eliziana, Socorro, Francilene, Júlia e Fernanda. E as que, simbolicamente são Marias: Brenda e Wiviane. Que, constantemente me ensinam e me inspiram a ser forte e resiliente, além de mostrarem que carrego uma força em mim que me move a conquistar tudo aquilo que desejo. Eu amo muito vocês, é tudo por vocês.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, por serem meu sustento, alicerce e porto seguro, tudo que tenho e sou, dou graças.

Um agradecimento mais do que especial a Maria Eliziana, mulher que me deu a vida, me nutriu de carinho e afeto, e principalmente: me nutriu de amor e confiança, obrigada por sempre acreditar em mim, no meu potencial e me ensinar a ser forte, sempre correr atrás dos meus sonhos e por todos os ensinamentos valiosos que me transmitiu ao longo de toda minha vida. É tudo por você, mãe.

Agora, uma série de agradecimentos a quem realmente merece todo meu carinho, respeito e gratidão:

A Vinícius Gurjão, por ser meu porto seguro em cada uma das minhas tempestades, por deixar minha vida e meus dias mais leves como uma linda e leve melodia de música, por arrancar de mim os meus sorrisos mais sinceros, por me consolar em todas as minhas crises e por ensinar a ser resiliente e me incentivar a ir em busca dos meus sonhos. Eu amo muito você e sou extremamente grata por tudo.

A Júlio César, Silvio César, Brenda, Maria Júlia, Maria Fernanda, Maria Francilene, Maria do Socorro, Maria José, Wesley e Melissa Gurjão, por me ensinarem os valores, afetos e o significado de ter uma família e pertencer a uma família. Por me acolherem em todos os momentos em que eu tanto precisei, fosse com uma palavra ou conselho, fosse com um incentivo, jamais me esquecerei de todo o apoio que me deram. Essa conquista é nossa, pois tem um pedacinho de cada um de vocês neste trabalho. Meu muito obrigada.

A Slinky, meu fiel escudeiro, você traz alegria e cor para os meus dias com sua companhia, travessuras e afetos, és meu pequeno raio de sol em dias nublados.

As minhas companheiras de jornada: Emília, Érica, Lara, Nívea Emanuelle, Nívyá, Idelbrandina, Suyane, Vitória e Yane. Vocês tornaram essa jornada muito mais suportável de viver, só sei agradecer pela parceria, risos, choros e conselhos. Obrigada por me aguentarem, por me acolher, me escutar e acreditar em mim quando às vezes nem eu acreditei. Meu peito transborda de orgulho em ter vocês comigo durante esses quatro anos e nesse momento tão especial de nossas vidas.

Em nome de todos os professores que me acompanharam durante toda a minha vida acadêmica, seria impossível citar um por um. Então cito aqui os professores que marcaram minha jornada acadêmica - e minha vida - ao longo desses quatro anos: Tiese Teixeira Junior, meu muito obrigada por me ensinar que educar alguém, sobretudo é um ato de amor e que pode ser um processo leve e humanizado, jamais me esquecerei de todos os ensinamentos, conversas e conselhos que tivemos, a minha eterna gratidão. Ao professor Walber Costa, que muito me acolheu e me mostrou que educar também pode ser um processo divertido e significativo, muito obrigada.

Ao meu orientador, Davison Hugo, por acreditar no meu potencial, me acolher desde a iniciação científica e depositar tamanha confiança em mim, muito obrigada por me acolher, me orientar e me auxiliar neste momento tão importante.

E a mim mesma, por ser forte e resiliente, e, mais do que tudo: uma sobrevivente.

“A educação é uma arma poderosa para mudar o mundo”

(Nelson Mandela - presidente da África do Sul)

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Capa do livro OSPB de Teixeira e Dantas..... | 42 |
| Figura 2 – Apresentação do livro OSPB..... | 43 |
| Figura 3 – Sumário do livro OSPB..... | 44 |
| Figura 4 – Documento retirado do livro OSPB..... | 52 |
| Figura 5 – Pirâmide educacional do livro OSPB..... | 52 |
| Figura 6 – Documento retirado do livro OSPB..... | 55 |

LISTA DE SIGLA

CF - Constituição Federal

CFE - Conselho Federal de Educação

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

CNME - Campanha Nacional de Material de Ensino

CNM - Conselho Nacional da Magistratura

EMC - Educação Moral e Cívica

EUA - Estados Unidos da América

FENAME - Federação Nacional do Material Escolar

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONU - Organização das Nações Unidas

OSPB - Organização Social e Política do Brasil

PLD - Programa do Livro Didático

PLIDEM - Programa de Livro Didático do Ensino Médio

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNI - Serviço Nacional de Informação

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 - SISTEMA EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PODER DO ESTADO DURANTE A DITADURA MILITAR..... | 14 |
| 1.1. A Escola como aparelho ideológico do Estado: Quem são os meios que controlavam o Estado? | 16 |
| 1.2. A Política educacional e cultural na ditadura militar de 1964..... | 24 |
| CAPÍTULO 2 -A DISCIPLINA OSPB EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1977-1985): UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO..... | 36 |
| 2.1 Análise do material didático “OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau” no período da ditadura militar..... | 39 |
| 2.2. Quem eram os sujeitos históricos abordados na obra de Francisco Teixeira e Dantas?..... | 58 |
| 2.3. As alterações curriculares de 1969 e 80 e os ideais de Francisco Teixeira e Dantas em seu livro..... | 61 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 66 |
| REFERÊNCIAS..... | 69 |

INTRODUÇÃO

Uma educação para todos em tempos de ditadura militar?

Aos 17 anos de idade, cheia de sonhos, dúvidas e anseios, ingressei na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Inicialmente, meu desejo era cursar história, pois inspirada pelos professores que tive ao longo da escola básica, me vi apaixonada por esta disciplina. De fato, eu iria cursar história, não fosse por uma vaga no Sisu naquela época. Digo que cai de paraquedas na Pedagogia, embora tenha uma tia pedagoga, não sabia ao certo o que um pedagogo fazia e logo me veio um medo enorme de não me identificar com o curso.

A pandemia veio e adicionou um pouco mais de caos acerca das minhas identificações e afinidades, inclusive na vida acadêmica. No meio desse processo, surgiu uma oportunidade de participar de uma Iniciação Científica com o professor Davison, e, mesmo não sabendo o que era uma Iniciação Científica, eu aceitei participar, pois mesmo com tantas mudanças e adaptações, prometi a mim mesma que iria viver intensamente o que meu curso tinha a oferecer. Acontece que a Iniciação Científica, o cenário do tema no qual eu iria trabalhar, tratava-se de um assunto que gostava muito de estudar na escola básica: A ditadura militar no Brasil. Nisso, eu percebi que a pedagogia poderia me proporcionar um vislumbre, ainda que breve, da minha grande paixão que era a História. O fato desse tema surgir na minha vida acadêmica contribuiu imensamente para o meu amadurecimento no curso, e não tive dúvidas: eu usaria os frutos dessa pesquisa como tema do meu trabalho de conclusão de curso.

Além da iniciação científica, participei também de monitoria também com o professor Davison, onde suas disciplinas no curso de Pedagogia são voltadas para a História, o que me animou bastante para continuar trilhando essa jornada. Tive a oportunidade de apresentar meu trabalho em cursos de extensão e na Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPE) da Unifesspa, o que enriqueceu minha vida acadêmica e incentivou a pesquisar com afinco e elaborar este trabalho.

O presente trabalho de conclusão de curso tem sua temática centrada nas análises do livro didático OSPB de Teixeira & Dantas lançados nos anos 80 do século XX, no período em que vigorou a ditadura militar no Brasil entre 1964 a 1985. A disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) foi considerada importante para a ditadura militar para exaltar as ações dos militares em torno do projeto de nação pensado desde março de 1964, quando foram aos poucos gestadas no interior da sociedade brasileira as perspectivas de sociedade, de cidadão e de educação privilegiada em tempos de autoritarismo.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho foram desenvolvidas em 2021 durante o projeto de iniciação científica denominado *Ressignificando a cultura cívica nacional, a disciplina OSPB e seus livros didáticos (1980-1985)*, sendo financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) através de bolsa do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e com isso, possibilitando conhecer um pouco sobre a temática da ditadura militar brasileira e sua relação com os livros didáticos lançados para uso e apropriação dentro da disciplina OSPB.

O objeto geral deste trabalho de conclusão de curso é o seguinte: compreender a relação educação, sociedade e cultura por meio do material didático OSPB de Teixeira & Dantas. Assim, a problemática que se quer responder ao final deste trabalho é a seguinte: quais as ideologias presentes em torno de um livro didático na transmissão de conhecimentos e saberes na escola?

Portanto, a metodologia a ser utilizada dentro desse trabalho apoia-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (1970), quando afirma ser um método de pesquisa que visa compreender o conteúdo de mensagens, textos ou documentos dentro do material didático a ser analisado. Com isso, espera-se compreender qual a mensagem para a sociedade através deste material didático nos anos 80 do século XX ser importante ministrar pelo professor de OSPB para a juventude brasileira?

Usamos como abordagem teórico-metodológica no campo da ditadura militar o conceito de “consentimento” para distanciar-se das leituras clássicas do campo de pesquisa da historiografia da ditadura militar que usavam o binômio “bons versus maus” para pensar a ditadura militar brasileira, assim, “como um regime autoritário/uma ditadura obteve apoio e legitimidade na sociedade; como os valores desse regime autoritário/ditatorial estavam presentes na sociedade e, assim, tal regime foi antes resultado da própria construção social” (ROLEMBERG, QUADRAT, 2012, p. 14).

O primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso abordará o contexto histórico, a legislação educacional que possibilitou a legitimação da ditadura militar brasileira por 21 anos, a consolidação no espaço social e na escola da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) por dentro da ditadura militar. Com isso, espera-se construir uma leitura de apoio da sociedade brasileira ao evento do golpe civil-militar e sua relação com a educação. Consideramos a discussão da educação, sociedade e cultura uma interação social presente em tempos de ditadura militar, por isso, estamos defendendo a ideia central no

capítulo que através da OSPB e seus materiais didáticos foi pensada uma cultura escolar¹ própria para imprimir os valores, costumes e modelo de história única característica da sociedade moldada entre 1964 e 1985 no Brasil.

O segundo capítulo analisou a interpretação da disciplina OSPB através de uma produção didática lançada durante a redemocratização brasileira, assim, espera-se que o ensino de História tenha uma leitura da sociedade brasileira, e com isso, ele sofre intervenções da ditadura militar a fim de construir uma sociedade ordeira, harmoniosa e nacionalista nos moldes dos objetivos da ‘revolução de 64’ construindo uma frente de atuação a ‘ameaça comunista no país’ conforme evidencia o professor Rodrigo Motta (2014). Portanto, o livro de OSPB apresenta uma mediação cultural² importante entre os objetivos nacionais pretendido pela lei 869 de 12 de setembro de 1969 e as intensas movimentações no interior da sociedade brasileira após a volta de grupos sociais, partidos políticos na cena política brasileira após o ano de 1977, bem como nos aponta o historiador Pedro Fagundes (2019).

Conclui-se que os novos ventos democráticos durante o período de Anistia e de retorno a democracia brasileira colocaram em cheque o sistema educacional construído pela ditadura militar no pós 1968, assim, questões como a mulher no mercado de trabalho, o combate ao racismo, a construção de uma identidade nacional plural e a política pública de assistência social aos diversos grupos sociais entraram na ordem do dia, o livro de Teixeira & Dantas (1980) representa esse momento de reflexão da sociedade brasileira.

¹ O conceito de cultura escolar que usaremos ao longo deste trabalho de conclusão de curso é através das perspectivas de Dominique Julia (2001) onde para este autor é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

² A professora Ângela de Castro Gomes apresenta a categoria de mediação cultural, inclusive apropriado para educação para construir a leitura de que as ideias são circuladas mais rapidamente, que isso seja uma prática reconhecida sem nenhuma dúvida que isso não se limite a dizer que um conjunto de pessoas envolvidas nessas práticas podem e devem ser reconhecidas como intelectuais, são intelectuais diferentes daquele paradigma consagrado no século XIX.

CAPÍTULO 1

SISTEMA EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PODER DO ESTADO DURANTE A DITADURA MILITAR

Neste capítulo, será analisada a política educacional dos governos militares no período de 1964 a 1985. Portanto, será necessário apresentar a partir de uma perspectiva macro-histórica as características da educação neste período histórico. A análise inclui os aspectos social, cultural e educacional da ditadura militar, através dos eventos ocorridos, de decretos-leis, e as políticas instauradas nesse período. O estudo realizado busca entender a ditadura militar e seus reflexos educacionais a partir da seguinte problemática: qual era o tipo de cidadão que pretendia-se formar na sociedade, como deveria se portar, agir e pensar em tempos autoritários?

Veremos também, que para atingir esses ideais, a ditadura militar utilizou de violência e opressão, de artifícios ideológicos (como ressaltar a imagem de um cidadão conservador, patriota de bons modos, abominando qualquer imagem contrária a essa) para dominar as massas. Queremos destacar que os militares enquanto classe social não pode ser vista como bloco homogêneo, logo, precisam ser olhados dentro de uma perspectiva histórica, e para isso, têm que ser vistos como um bloco heterogêneo. Usaremos essa chave de leitura a partir do conceito de “bloco histórico” do pensador italiano Antônio Gramsci. O que estamos afirmando é que nem todos os militares que estavam na caserna apoiaram as ações castrenses do dia 31 de março de 1964 ao dia 1 de abril de 1964. Havia-se assim diversas correntes ideológicas dentro da ditadura militar brasileira ao longo século XX, sendo que elas disputavam espaços de poder também dentro do novo governo vigente à época.

O termo "bloco histórico" refere-se à aliança complexa e dinâmica entre diferentes grupos sociais que se unem em torno de interesses comuns durante um período específico da História (Gramsci, 2000, p. 56). Essa aliança é composta por classes sociais, grupos, organizações e movimentos que, apesar de suas diferenças e contradições, conseguem se unir para formar uma coalizão que busca alcançar objetivos compartilhados. Nesse sentido, os militares que assumem o poder em 1964 usam de táticas e estratégias por meio do Estado para construir seu projeto de estado. Portanto, ao longo dos 21 anos de existência da ditadura militar no Brasil formaram-se diversas alianças para a sustentação deste tipo de governo no Brasil, e no caso, da educação não foi diferente. Percebemos que a ação dos grupos sociais (religiosos, advogados, entidades conservadoras, mulheres e homens que assumem postos de

poder) acabam desenvolvendo em torno da discussão de moral e de civismo uma leitura para a História do Brasil a ser ensinada no espaço escolar.

Nesse aspecto queremos abordar a ditadura militar neste capítulo a partir dos agentes de Estado, pois, eles são essenciais dentro do campo político e por que não dizer no campo educacional para compreender as ações dos militares no início da ditadura militar em 1964, precisamos olhar para um grupo em especial que esteve por trás das ações que culminaram para que o golpe em 1964 ocorresse e durasse um longo tempo. Estamos nos referindo às ações institucionais desenvolvidas dentro do Conselho Federal de Educação (CFE), da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e da Federação Nacional do Material Escolar (FENAME) foram espaços que dialogavam com a discussão de moral e civismo.

A classe dominante (burguesia) buscava evitar a todo custo que a classe trabalhadora adentrasse no espaço político, tornando a democracia até então restrita, em um modelo de democracia não-participativa, onde as massas pudessem ser manipuladas. Havia-se construído a ideia base de que em tempos de Guerra Fria (1945-1989), a sociedade a nível internacional e brasileira estava polarizada em torno de dois projetos políticos distintos: de um lado, o modelo capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (USA), e de outro lado, os socialistas liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O historiador Hobsbawm assim admite que:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (Hobsbawm, 1995, p. 156).

Ao longo da ditadura militar no Brasil construiu um olhar sobre o período conhecido como “revolução de 1964”. Portanto, a ideologia veiculada no interior da sociedade brasileira era de que o Brasil precisava dos militares que assumiram o poder em 31 de março de 1964 para comandar os destinos do nosso país (FICO, 2002, p. 63). Assim, esse horizonte de expectativa foi aos poucos circulando em todos os setores da sociedade.

Cabe-se ressaltar que os Estados Unidos da América (EUA) financiaram diversas ditaduras no contexto latino-americano (CHIAVENATO, 2014), além de realizar um

importante acordo com o Brasil, relacionado a educação, chamado de MEC-USAID, que será melhor abordado no decorrer deste capítulo. Alterando-se radicalmente o período da democracia popular ocorrida após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), manipulou-se a visão de “democracia” participativa com o povo para uma revolução, e é neste momento que a presença dos militares entra em cena, pois, “os militares se autodenominavam ‘revolucionários’, eram eles quem buscavam, segundo suas próprias colocações, ações revolucionárias em defesa da democracia do país” (PERUCCHI, 2009, p. 22).

1.1 A ESCOLA COMO APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO: QUEM SÃO OS MEIOS QUE CONTROLAVAM O ESTADO?

Para compreender o controle de Estado, utilizaremos uma perspectiva histórica através do ensino, baseada na seguinte fala do historiador canadense Christian Lavelle sobre a escola como aparelho ideológico e suas interferências dentro do ensino de História em diversos momentos da História, pois, “o aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes” (Lavelle, 1999, p. 126).

Havia um impedimento da burguesia no que diz respeito a uma participação mais evidente das classes trabalhadoras na democracia brasileira no contexto do início da década de 1960, e com os fervores destas classes em reivindicar um protagonismo maior, surgiu uma preocupação equivocada da classe dominante em surgir revoluções de cunho anticapitalista, como enfatiza Lima (2014, p.42) “momento em que qualquer tipo de reivindicações das classes trabalhadoras eram entendidas pelas elites políticas e econômicas do país como tentativas de construção de uma sociedade socialista.”.

Dentro desse contexto, vale ressaltar o termo “fantasma do comunismo” termo esse que era usado de maneira a distorcer o real sentido naquela época, que era a reivindicação da classe trabalhadora na luta por seus direitos, algo que incomodava fortemente os grandes empresários mundo afora que viam tais reivindicações como tentativas de implantar uma sociedade socialista. Este termo obviamente assolava os países capitalistas, com base no contexto histórico desta época, que era marcado por grandes tensões por todo o mundo: a pós segunda Guerra Mundial; a Guerra Fria e a sua bipolaridade política e ideológica pairando pelo mundo.

Com as sequelas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), juntamente com as tensões políticas e ideológicas resultantes da Guerra Fria, o golpe de estado aplicado pelos militares (incentivados pela burguesia), em 1964, foi baseado questões políticas e ideológicas, incentivando na sociedade o acirramento na polarização que já era presente naquela época

Nesse contexto, a sociedade se polarizou entre aqueles que, à esquerda, buscavam ajustar o modelo econômico à ideologia política e os que, à direita, procuravam adequar a ideologia política ao modelo econômico. No primeiro caso, tratava-se de nacionalizar a economia; no segundo, o que estava em causa era a desnacionalização da ideologia. (SAVIANI, 2008, p. 293)

Dito isto, associou-se aos militares, um papel heróico (onde eles também se autodenominavam heróis), como se houvesse um mal tremendo presente no Brasil e somente os militares pudessem conter e resolver a situação. Os militares, ao ascenderem ao poder com o apoio dos grandes empresários, trouxeram consigo grandes modificações na dinâmica política, social e ideológica do Brasil, e como efeito dessas essas modificações, vieram a censura, a tortura e a violência, as quais afetaram diretamente o sistema educacional brasileiro. As figuras que exerceram o poder no Brasil através do cargo presidencial foram: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967- 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Durante esse período, muitas atrocidades ocorreram e tardiamente foram expostas à sociedade de modo integral. Prisões, torturas e mortes eram endossadas pelos militares, além de épocas onde as tensões e conflitos, ideológicos e políticos eram mais intensos. Dentre esses períodos de grande tensão, os acontecimentos ocorridos durante o mandato de Costa e Silva, que segundo Lima (2014, p.43) foi “um longo processo de gestação da chamada modernização conservadora se consolidava neste momento e, para isso, era necessário que vozes dissonantes fossem abafadas.” E, com isso, recebeu o termo “Anos de Chumbo”, devido à forte onda de censura, repressão, prisões e mortes por todo o país serão destacados de maneira breve: O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que diz respeito a nova organização da Administração Federal, onde seu art. 35 apresenta a nova estrutura, definindo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os demais ministérios

Art. 35. Os Ministérios, de que são titulares Ministros de Estado (Art. 20), são os seguintes:

SETOR POLÍTICO

Ministério da Justiça.

Ministério das Relações Exteriores.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

SETOR ECONÔMICO

Ministério da Fazenda.

Ministério dos Transportes.

Ministério da Agricultura.

Ministério da Indústria e do Comércio.

Ministério das Minas e Energia.

Ministério do Interior.

SETOR SOCIAL

Ministério da Educação e Cultura.

Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Ministério da Saúde.

Ministério das Comunicações.

SETOR MILITAR

Ministério da Marinha.

Ministério do Exército.

Ministério da Aeronáutica.

O Ato Institucional nº5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968, assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva e os demais ministros, onde Perucchi cita Alves para melhor compreensão:

1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembléias estaduais e municipais; **2)** direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; **3)** direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”; **4)** direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; **5)** direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; **6)** poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; **7)** direito de confiscar bens como punição por corrupção; **8)** suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; **9)** julgamento de crimes políticos por tribunais militares; **10)** direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente **11)** proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Número 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceram em vigência até que o Presidente da República assinou decreto específico para revogá-lo (Perucchi, 2009, p. 30 apud Alves, 1985 p. 131)

Por fim, o decreto-lei nº477, de 26 de fevereiro de 1969, assinado por Costa e Silva, Gama e Silva (Ministro da Justiça) e Tarso Dutra (Ministro da Educação) que “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (Brasil, 1969), onde em seu artigo 1º expõe a configuração de infração da lei

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêe participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (Brasil, 1969).

O fato da gestão de Costa e Silva ter sido “linha dura” refletiu em todos os setores, sobretudo na educação. Para continuar seguindo nessa linha dura, era imprescindível fazer com que a educação acompanhasse os moldes que o governo queria.

Modificações foram citadas na estrutura educacional durante esse período, vale ressaltar algumas, que são importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa: a eliminação orçamentária constante das Constituintes (de 1934 e 1946), que antes, destinavam um pequeno percentual de recursos para a educação, mas que, graças a Constituição Federal (CF) de 1967 reduziu drasticamente a contribuição que já era mínima; além da relativização da gratuidade do ensino, presente no artigo 168 da CF, inciso 3: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior.” (BRASIL, 1967), o que favoreceu o incentivo do ensino privado, que nesse período ditatorial cresceu significativamente; a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que: “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.” (BRASIL, 1968.); por fim, após o governo de Costa e Silva, em 1971, a estrutura de ensino foi modificada através da Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971 que “Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” (BRASIL, 1971). Com isso, podemos ver que a educação, dentro da ditadura militar, foi moldada para se tornar um instrumento poderoso nas mãos dos ditos tecnocratas daquela época, visando reforçar a forte ilusão de que o Brasil era uma enorme potência, como apontam Ferreira Jr e Bittar (2008, p. 336).

Anteriormente ao Golpe, eram existentes algumas articulações de cunho anticomunista, uma dessas articulações foi o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961, três anos antes do início da ditadura que:

Desenvolvia doutrinação por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar,

em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares. (Saviani, 2008, p. 294)

Logo, a partir de 1964 que o regime militar favoreceu artifícios como o citado acima para adequar a mídia, cultura e educação aos seus interesses, como aponta Saviani p. 295, que com o golpe aplicado com êxito em 1964, a IPES articulou-se para realizar um simpósio sobre uma reforma no âmbito educacional. A partir deste simpósio, foram surgindo discussões acerca do investimento na educação. Dito isso, iremos centralizar tais adequações ao campo educacional pois dentro do sistema educacional brasileiro ocorreu mudanças que afetaram diretamente a estrutura educacional com um todo e, sobretudo, as grades curriculares em todos os níveis de ensino.

No âmbito educacional, sob o cenário da ditadura militar, era comum a presença a presença de uma educação cívica, sobretudo na disciplina de história, pois havia um modelo de ensino que visava legitimar a ordem social e política na sociedade, por isso a relação social – cultural – educacional – política estará presente com frequência neste trabalho. Através desta legitimação, havia o incentivo na mente dos cidadãos brasileiros como o sentimento de pertencimento, admiração e devoção por sua pátria.

A justificativa sobre esse fenômeno, segundo Laville (1999, p. 126), era de que as nações tinham receio de serem extintas, de perder sua história e identidade. No contexto da ditadura militar, há uma relação bastante visível, pois antes mesmo do golpe ser aplicado, como dito anteriormente, instaurou-se pânico, preocupações e aflições sobre supostas “forças estranhas” e supostos inimigos no Brasil.

Como forma de combater tais “inimigos”, o governo arquitetou uma estratégia que seria muito eficiente nesse combate: a implementação de leis que legitimam seus interesses acerca da educação: uma educação que moldasse o cidadão de acordo com seus ideais, ideais esses que não permite e não proporciona o aluno a pensar e questionar. O governo torna-se um agente manipulador e, segundo Pellegrini D. e Pelegrino T.: “(...) A educação passa de instância transformadora e democratizadora das sociedades à instituição por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais e a cultura da classe dominante” (p.1).

Uma lei em específico torna-se imprescindível para esta pesquisa, pois levanta questionamentos acerca dos artifícios previstos em lei para uma educação proveitosa para a classe dominante. Havia a necessidade de um molde para validar o cidadão que deseja se formar, surge então a oportunidade de incorporar ao currículo escolar dos estudantes, assuntos e disciplinas que trouxesse questões como civismo, moral, ética e patriotismo para dentro do

ambiente escolar como forma de controle e disseminação de ideologias, surgem então os Estudos Sociais.

Os Estudos Sociais (no qual insere-se a disciplina Organização Social e Política do Brasil - OSPB) foram implementados no Brasil sob o contexto da ditadura militar no Brasil 1964-85 através do Decreto Lei nº869 de 12 de setembro de 1969 que “dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências”. (BRASIL, 1969), onde no Art. 1 decretam a obrigatoriedade das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) em todos os graus de ensino do país, e no Art.2 definem suas finalidades:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que o constitui.
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1969)

Sob a perspectiva de Neves (2014, p. 13) tais Estudos Sociais pensados pela legislação educacional da época podem ser analisados sob dois pontos: a repressão, desqualificando e distorcendo o ensino, principalmente na formação de professores (cursos de licenciatura); e o aspecto da resistência, onde se via algumas propostas voltadas para as instituições, que buscavam viabilizar uma educação com “consistência e qualidade”.

A desqualificação e distorção do ensino no contexto dos anos 70, através da repressão da ditadura, teve como consequência três episódios marcantes para a educação brasileira: os cursos de licenciatura com seu tempo de duração reduzidos, desqualificando a formação acadêmica dos professores; implementação dos Estudos sociais na grade curricular do 1º grau, desqualificando os professores de História e Geografia e manipulando os conteúdos

equivalentes a essas disciplinas, por fim; a obrigatoriedade da EMC e OSPB no currículo escolar, desqualificando o modelo de formação do pensamento crítico em todos os níveis de ensino. Neves (2014), em sua obra sugere que tais distorções e desqualificações podem ser analisadas através do modelo político-econômico do Brasil, atentando-se também para a dependência do Brasil com os Estados Unidos, atuando no leitor, uma reflexão crítica acerca dos acordos MEC USAID citados brevemente no início deste capítulo.

É levantado três considerações fundamentais para se entender e refletir a análise proposta acima. Há a mistificação dos textos legais, gerando distorções e intensificando a desqualificação (da educação e dos profissionais); um descontrole das autoridades educacionais em todos os níveis; e a repressão autoritária, indiscriminada e violenta que atingia fortemente a educação em vários setores e segmentos, no qual iremos refletir brevemente a seguir.

A começar pelo encurtamento dos cursos de licenciatura que foi previsto no Decreto-lei nº547 de abril de 1969 que “Autoriza a organização de cursos profissionais superiores de curta duração” (Brasil, 1969), causando uma banalização de tais cursos, desqualificando os futuros professores que iriam atuar nesta área, retirando sobretudo, a qualidade no ensino que as universidades (principalmente federais) ofereciam. Ou seja, com tais reformulações: “**qualquer pessoa** poderia assumir a disciplina, bastando, para isso, que fosse capaz de **narrar fatos** com clareza, riqueza de detalhes e, se possível, com entusiasmo para empolgar os alunos” (NEVES, 2014, p. 25). Isso resultou em um ensino enciclopédico para os alunos, fazendo com que os alunos decorassem datas e fatos de cor que eram constantemente repetidas nas sabatinas. Consequentemente, gerou-se um desinteresse em massa dos alunos, que se viam sufocados ao terem que memorizar dados, fatos, datas e nomes.

Dessa forma, Neves aponta em sua obra a farsa escolar, que foi criada neste contexto da educação brasileira. E é com esta perspectiva que passamos para outro ponto a se analisar, que é a própria implementação dos Estudos Sociais na grade curricular do primeiro grau, retirando disciplinas de suma importância no processo de construção do senso crítico do aluno, futuro cidadão. As disciplinas intencionalmente retiradas da grade curricular foram: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Observa-se que no cotidiano escolar, estas disciplinas, através de diálogos, propostas de reflexões, auxiliam o aluno a encarar a sua realidade enquanto em ser cidadão e a realidade de sua sociedade e por vezes, questionar o seu status atual, como o “por que as coisas estão do jeito que estão?” ou até mesmo quem determinou que a sociedade funcionaria assim? E por que essa visão deve ser encarada como

a única?”. Como consequência a essa retirada, os resultados foram desagradáveis para a educação, como a censura e precariedade nos materiais didáticos, científica e pedagogicamente espalhadas pelos níveis de ensino, além da vigilância político ideológica feita pelos militares através do MEC e as inspeções nas escolas, sem contar com os falsos alunos que não eram matriculados, assistiam às aulas com intuito de vigiar e delatar professores e colegas para os órgãos de investigação daquela época.

Além de tais empecilhos, os governantes também conseguiram tornar, naquela época, a educação como um “artigo de luxo”, tirando a sua obrigatoriedade, incentivando a multiplicação das escolas privadas pelo país, reduzindo os investimentos na educação, causando o sucateamento das estruturas das escolas, professores mal remunerados, um crescente número de evasões escolares, como pontua Neves (2014, p. 26) “Os cursos de curta duração foram a base de expansão da privatização das IES - Instituições de Ensino Superior – no Brasil”

Retomando ao ponto central deste trabalho, observando agora a implantação dos Estudos Sociais na grade curricular, atentando-se para subjetividades observadas por Neves acerca dos Estudos Sociais. Além de buscar promover para os estudantes noções dos conceitos de moral e civismo, buscava-se alcançar e preservar a imagem do tal “cidadão de bem”, aquele que honra sua pátria e vive sob a perspectiva de princípios cristãos, buscando preservar a família tradicional brasileira e os “bons costumes”. Segundo Neves, a partir de 1969, os governantes apontaram uma grande “falta de valores morais e espirituais” o que os levou a intervir nas escolas, de modo a implantar questões morais e cívicas no currículo escolar. Essas questões predominaram os três graus de ensino e passaram a funcionar enquanto disciplina e enquanto prática educativa. Ou seja, se tinha um pretexto justificado pelo governo ao introduzir os Estudos Sociais no cotidiano escolar brasileiro, a fim de preservar o “bom cidadão”.

Porém, engana-se quem supõe que no âmbito escolar não houveram resistências. De acordo com Neves (p. 31), o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enxergou a probabilidade de haver, em algumas escolas, educadores aproveitando-se das disciplinas de Estudos Sociais, transmitindo-as sob um discurso manipulador, encabeçando assim, estudantes que analisam criticamente o cenário em que viviam. Ou seja, os professores em sala de aula manipulam as ditas aulas de OSPB e EMC, trabalhando conceitos e conteúdos de história principalmente, indo na contramão dos conceitos e conteúdos propostos em OSPB e EMC.

Com isto, como afirma Laville (p.131) “Às vezes, o realinhamento é brutal”. O processo de mudanças, sobretudo no sistema educacional brasileiro além de brutal, foi proposital e acarretou em transformações significativas na educação brasileiras nas quais encontra-se algumas delas na atualidade. Fica claro, nas análises dos autores, que os meios que controlavam o Estado era uma classe privilegiada, denominada burguesia, que para defender seus interesses, apoiou o grupo de militares a realizarem o golpe no fatídico dia 31 de março de 1964 e tomarem o poder, ditando através de leis, seus interesses e moldando a sociedade conforme seus “padrões”.

1.2 A POLÍTICA EDUCACIONAL E CULTURAL NA DITADURA MILITAR DE 1964

A ditadura militar, tinha a pretensão de impor seu controle sem enfrentar reação, daí a proliferação de lei e decretos respaldando as ações autoritárias e formando um aparato repressivo nas universidades e nas instâncias oficiais voltadas ao ensino, em geral, como por exemplo as secretarias de educação nos estados e municípios. (TRINDADE, 2014, p. 43).

Diante da fala de Trindade, é perceptível as incansáveis articulações que os militares tinham para poder regularizar seus discursos e ideais acerca de moral e civismo na sociedade brasileira. No campo escolar, tais articulações iniciaram-se de maneira quase imperceptível, a iniciar pelo desenvolvimento da área dos Estudos Sociais, que vinha com o objetivo de englobar as disciplinas de História, Geografia, OSPB e EMC em um único núcleo. Estratégia essa que nas entrelinhas visava enfraquecer os conteúdos de História e Geografia, predominando as disciplinas de OSPB e EMC, para enfim iniciar a imposição do controle. Com novas disciplinas incorporadas no currículo escolar, houve a necessidade de professores minimamente qualificados para ministrar essas disciplinas. Logo, constantemente, eram ofertados cursos de reciclagem para professores que anteriormente ministravam as disciplinas que naquele contexto não faziam mais parte do currículo, com o objetivo de prepará-los para aplicarem as novas propostas oferecidas pelo governo.

Com a tal preparação para os professores, esta classe era surpreendida com um treinamento rígido nos cursos de reciclagem e a imposição dos currículos a serem aplicados em sala de aula, tirando totalmente o poder da autonomia que o professor deveria ter para aplicar seus conteúdos em sala de aula, essa imposição se dava desde o que deveria ser ensinado aos alunos até qual material didático deveria ser usado em sala de aula.

Sobre o Livro Didático, um dos principais materiais utilizado em sala, nem este passou impune das manipulações dos militares, os governantes estavam investindo de maneira intensa nas distorções citadas acima, Trindade 2014 (p. 46) aponta:

Os livros didáticos disponíveis para estudos sociais ou história elaborados de acordo com os novos currículos tiveram para o professor, em geral, um papel muito importante que era o seu guia. O governo por sua vez, dava incentivos fiscais às editoras com isenção de impostos e outros. Em contrapartida espera ou mesmo exigia, que as publicações fossem coerente com a ideologia e os propósitos da ditadura.

Com este registro, nota-se uma pequena fração da censura que acometia a sociedade, tirando a autonomia das editoras através das isenções de impostos e fiscalizações rigorosas, retirando também, conseqüentemente, a autonomia do professor em sala de aula, impondo os conteúdos a serem tratados alterando assim a percepção de mundo e o conhecimento dos alunos.

Então, sobre o ponto de vista geral, os ditadores pregavam constantemente, sobretudo no período mais sombrio deste regime discursos com alto teor patriótico, nacionalista, com termos fortemente atrativos como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, buscando a aderência da sociedade, fosse por bem ou por mal, a exemplo de tais imposições citadas acima e ao longo deste tópico.

Ampliando a análise acerca de imposições, neste contexto ditatorial, o Brasil passou por algo semelhante ao sentido de imposição no campo educacional, diante disso, é importante analisar a participação dos Estados Unidos neste processo marcado na história que é a ditadura militar. Franzon (2015, p.1) dá uma alfinetada em relação ao poderio que os Estados Unidos possuem, classificando-o como o “maior império da história”, colocando suas garras em diversos países pelo mundo, interferindo nas políticas destes países com seu grande poder de influência, conspirando na criação ou na revogação de leis, decretos, alterando até mesmo as percepções de democracia espalhadas pelo mundo. O Brasil foi um dos países vítimas das garras dos Estados Unidos, onde até o campo educacional passou por transformações.

Ainda sob a ótica de Franzon, (p.2), o mesmo faz uma relação do resultado da educação presente em nosso país apontado essa educação como um instrumento que não promove liberdade a quem a procura, logo não cumpre com sua função. A raiz desta problemática encontra-se na própria legislação brasileira, uma vez que seus escritos não condizem com a realidade e as necessidades da sociedade, reafirmando as ideias contidas anteriormente neste trabalho de que a escola e o sistema educacional funcionam como aparelho ideológico do Estado.

A exemplo do que ocorre no Brasil, os norte-americanos influem, fazem e desfazem leis ao redor do mundo, derrubando governos e criando organizações multilaterais sob o discurso do livre comércio, da democracia, da liberdade, da paz e da segurança, reflexos de seu discurso ambivalente, quando na verdade a sua pretensão é imiscuir-se nas disposições internas dos outros países visando derrogar suas leis, instituir outras mais amigáveis aos seus negócios, remover as fronteiras e garantir a presença das transnacionais nesses territórios. Franzon (2015, p.2)

No contexto histórico a qual estamos nos referindo, uma das maiores influências dos Estados Unidos no Brasil foram os acordos MEC – USAID:

Como nenhuma das reformas anteriores teve o mérito de resolver os grandes problemas identificados e enfrentados na área da educação, e ante o advento do Golpe Militar de 1964 e a necessidade de uma “mudança ideológica”, estava mais do que na hora de dar ensejo a mais uma delas. Coube aos Estados Unidos nos dar a direção. Mas isso não ocorreu repentinamente ou por acaso; tudo já estava devidamente “amarrado” desde a assinatura pelo Brasil do Plano Decenal do Desenvolvimento da Aliança para o Progresso em 1961, em Punta Del Este, no Uruguai. Franzon (2015, p.2).

Na tentativa de modernizar o sistema educacional brasileiro, simultaneamente a demonstração de submissão do Brasil aos Estados Unidos por seu status de grande potência daquela época, surgiram os tais acordos sendo esses mais um dos artifícios usados para controle e censura da sociedade, sobretudo dos estudantes com seu alto teor tecnicista, moldando os estudantes aos planejamentos econômicos que o Brasil tinha. Da parceria MEC – USAID, surgiram ideias e planejamentos para pôr em prática os ideais citados acima, e, acerca dos tais planejamentos econômicos que o Brasil possuía neste contexto, pode-se resumir a “Mão de obra barata e alfabetizada” nestes planos. O processo de análise fruto da parceria ocorreu como tantas outras maracutaias presentes neste período: sem a presença popular da própria sociedade O cidadão que se buscava, era o disposto a trabalhar, proporcionando-lhe um salário mínimo e com poucos requisitos, como possuir o mínimo de escolaridade, apenas o suficiente para que soubessem escrever seu nome e efetuar cálculos básicos e disposição para encarar as jornadas de trabalhos. A educação neste ponto, é totalmente distorcida uma vez que sua missão é formar um cidadão pensante, com seus ideais, argumentos e visões de mundo.

A ideia que seria intencionalmente disseminada seria a de que os Estados Unidos queriam agir de forma solidária, buscando colaborar com o governo brasileiro para o avanço da nação, quando na verdade, eram seus ideais sendo espalhados e os governantes sendo suas marionetes e o povo brasileiro tornando-se a sua mão de obra barata:

O objetivo que transparecia seria divulgar e enaltecer junto aos brasileiros e à comunidade internacional, as ações “solidárias” e “cooperativas” da Aliança para o Progresso, em proveito de dissimulados objetivos mais amplos do governo norte-americano no Brasil e restante do hemisfério. Ostentando uma roupagem que

vendia a ideia de modernização do aparelho educativo brasileiro ou mesmo de uma nova ordem educacional, o movimento desenvolvimentista da Aliança para o Progresso e demais organismos do aparelho estatal norte-americano na verdade deixavam oculto seu objetivo maior: preparação de mão de obra necessária à implementação do modelo econômico que se inaugurou com a incipiente industrialização do Brasil e a presença massiva das grandes corporações estrangeiras carentes dessa qualificação, além da inculcação da cultura anglo-americana na área educacional. Franzon (2015, p.4).

Dessa forma, podemos observar mais uma vez com clareza o poder e a força dos Estados Unidos sobre o Brasil, refletindo sobre os seus reais interesses neste território. Adiante, iremos analisar alguns acordos assinados entre Brasil e o Estados Unidos no período de 1964 a 1968 que foram fontes de inspiração para leis promulgadas no Brasil que resultaram em grandes alterações na sua estrutura educacional. Os primeiros acordos, assinados em 1966 e 1977, eram relacionados ao ensino superior e sua dinâmica de administração, cujo objetivo era refrear as diversas instituições de ensino superior que estavam se espalhando pelo Brasil, “afetando” as questões administrativas. Logo, a intenção era capacitar e especializar os gestores conforme a dinâmica presente nas universidades norte-americanas para que pudessem aplicar de maneira semelhante em território brasileiro. Portanto, uma vez estando os gestores capacitados, seria iniciado um novo planejamento acerca do ensino superior no Brasil, encabeçado pelos norte-americanos e consentido pelos brasileiros envolvidos.

Podemos visualizar um crescente interesse sobre as dinâmicas que eram comuns no ensino superior, porém esse interesse foi além. Em 1965, foi assinado outro acordo, desta vez com ênfase no ensino médio, onde o primeiro aspecto a ser levado em consideração é a descentralização do controle do ensino, que era de inteira responsabilidade do Estado. A intenção era distribuir esse papel para os estados, pois facilitaria o acompanhamento detalhado e motivaria os estados a investirem seus recursos na educação e a tarefa de conduzir os estados era das pessoas capacitadas e especializadas graças a parceria com os estadunidenses.

Posteriormente, houve o acordo em 1966 que atribuiu ao MEC a função de elaborar cursos de treinamento e especialização para que novos professores, devidamente selecionados pudessem também obter uma especialização com o intuito de colaborar com a disseminação dos ideais contidos nos acordos MEC-USAID dentro da educação no Brasil. Ainda em 1966 foram assinados mais dois acordos: um buscando planejamentos para uma nova educação primária, outro buscando artifícios para aperfeiçoar os critérios de aceitação para o cargo de professor no ensino médio, onde alguns profissionais estadunidenses promoviam palestras e cursos voltados para os professores do ensino secundário.

Com estes acordos, vieram mudanças concretas no Brasil, que tinham caráter de modificar intensamente a estrutura educacional e cultural naquela época. Logo, podemos observar as articulações do Presidente da República e dos demais governantes em garantir que os acordos firmados com os estadunidenses fossem colocados em prática. Com tamanha astúcia, implantaram leis que avaliassem os acordos. Sendo assim, será realizado de maneira breve, alguns decretos-lei que impactaram de maneira intensa as estruturas educacionais e culturais no Brasil, dentro do regime militar.

A começar pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que em sua essência, foi uma reforma e reestruturação no ensino superior, alterando conseqüentemente, a sua interação com a escola básica. Os Artigos 2º, 5º, 13º, 15º, 16º e 26º serão destacados nesta pesquisa, de modo a compreender a manipulação e controle realizada pelo Estado através desta lei. Pela visão que esta lei nos proporciona, nos permite observar a imposição feita às instituições onde o ensino superior será ofertado, dificultando a oportunidade de jovens e adultos ingressarem no ensino, seja ele público ou privado. A lei esclarece que os regimes e a organização das instituições de ensino superior estariam contidos em regimentos autorizados pelos Conselhos de Educação, que integravam o MEC naquela época, tirando assim a autonomia dos gestores em realizar seu trabalho de maneira mais livre.

É nítido a censura sendo implantada primeiramente na gestão das universidades, uma vez que a dinâmica só era aprovada após análise dos Conselhos, frutos das articulações do então ministro da educação, Jarbas Passarinho. Ainda sobre a retirada da autonomia, desta vez acrescentada de censura, podemos observar também a presença dos órgãos de fiscalização nos setores principais de administração e financeiro das universidades, no qual a implicação era a de que tais órgãos deveriam participar nas decisões e nas supervisões das pesquisas e questões financeiras realizadas nas universidades. Além disso, na lei consta o processo de nomeação dos reitores das universidades, que para alcançarem tais cargos, precisam ainda ser nomeados pelo presidente da república, além de cumprir os quesitos presentes ao longo da lei, como a titulação de doutorado e a presença de seu nome em uma lista tríplice organizada pelo colegiado.

Além dessas alterações, todas impactantes na gestão, setor administrativo e financeiro das universidades, houve uma alteração que gerou impacto direto na qualidade de ensino dos alunos do ensino superior: o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores, impactando principalmente os estudantes de licenciaturas, que tiveram seu tempo de curso reduzido pela metade, implicando na ausência de estudos de conceitos importantes em seus

cursos e na falta de aprofundamento de processos de ensino-aprendizagem, afetando consequentemente seu empenho em sala de aula como professor.

Posteriormente a essa lei, foi promulgada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que promoveu reformas no ensino básico do sistema educacional brasileiro. Serão analisados alguns artigos em específico a fim de auxiliar a compreensão de tais alterações. A começar pelas redefinições acerca das etapas, os termos Ensino Fundamental e Ensino Médio, comumente utilizados para nomear as etapas de ensino foram alterados, passando a ser denominados de ensino de 1º e 2º graus -ensino fundamental e ensino médio, respectivamente. Além da extensão do primeiro grau, que passou a possuir oito anos de duração.

Seguido pelo enfoque no 2º grau, que perante a lei, tinha como mais nova função a preparação direta para o mercado de trabalho, adicionando um caráter profissionalizante ao modelo de ensino. Este modelo de ensino voltado para o preparo da mão-de-obra, de acordo com Perucchi (2009, p.33) “buscava-se desta maneira conter o controle do capital nas mãos das classes burguesas nacionais e internacionais, que deram apoio ao golpe de Estado”. Ou seja, o aluno teria a oportunidade de se qualificar para uma determinada função, com base nas suas condições sociais.

Essa problemática torna-se então uma porta de entrada para outras questões preocupantes na reestruturação do ensino, como a flexibilização do período de duração do 2º grau, que “Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau” (Brasil, 1971), retomando a ideia da desqualificação do ensino, que além de ser tecnicista, possui um curto período de tempo, incapacitando o aluno de pensar e pôr em prática os ensinamentos adquiridos, além do que, esta proposta de redução também foi vista nos cursos de licenciatura, como citado na lei anterior. Aliás, para atuar como professor, não era necessário o certificado de ensino superior, um dos critérios previsto em lei era possuir em seu currículo o magistério, que era cursado paralelamente com o 2º grau.

Por fim, através desta lei, mais detalhadamente em seu artigo 7º, há a implantação da Educação Moral e Cívica no currículo escolar, disposto detalhadamente no Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, exibindo assim a alteração no currículo escolar, impondo disciplinas que ensinavam e pregavam valores, costumes para os alunos, pois dessa forma essa educação aplicada nas escolas geram alunos e consequentemente trabalhadores pacíficos, obedientes, alienados, maleáveis, um perfil perfeito para os interesses do Estado.

Uma vez realizadas as devidas observações acerca de leis que alteraram o ritmo do ensino no Brasil, podemos adentrar neste decreto, de suma importância para que se entenda o caráter das disciplinas que foram inseridas obrigatoriamente no currículo. O decreto em questão é o Decreto- Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que de acordo com Alves (2021, p.348) “(...) Era considerado o embrião do regime militar que normatiza as disciplinas EMC em todas as suas modalidades de ensino.” Em seu artigo 1º está contido a instituição obrigatória dos estudos e práticas acerca de Educação Moral e Cívica, em todos os graus e modalidades do ensino. Uma vez estando obrigatória na lei, todos os graus, escolas e modalidades teriam que aderir e aplicar os estudos acerca da EMC, validando a ideia de Perucchi citada acima, que esse estilo de educação seria para conter e moldar a população.

A ideia de molde e controle é reafirmada neste decreto-lei quando exposto às finalidades dos estudos de EMC, que se baseiam nas “tradições nacionais”, pautados na defesa do espírito democrático, preservação dos bons costumes, fortalecimento dos valores cristãos, culto à pátria e aos símbolos patrióticos, reforços das ideias de caráter baseado nos estudos e moral e ética, estudo dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros com a finalidade de “compreensão” da dinâmica socioeconômica do país, e por fim, a preparação do cidadão para cumprir com os exercícios cívicos que se baseiam na liberdade, obediência e no patriotismo, como aponta Veloso e Torrentes (2016, p. 3): “(...) para fabular essa ideologia de cooperação para o bem de todos “do grupo”, onde o sujeito acredita estar inserido, e, ao crer, vai desejar entregar seu lucro, direitos e a própria vida sem questionar”.

Mais adiante, nas estruturas deste decreto-lei, há a consolidação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que possuía nove membros escolhidos pelo presidente da república e tinha como objetivo vigiar as condutas e aplicações acerca dos estudos de EMC seja em sala de aula, seja nos materiais didáticos relacionados a EMC, elaborar currículos para EMC no qual toda a ideologia do governo era inserida, por isso era intencional esta comissão e, além da fiscalização e vigilância constante, incentivar os professores a cumprir com os objetivos da EMC em sala de aula.

Por fim, o decreto-lei expõe os critérios aplicados aos professores encarregados de ministrar as disciplinas de EMC, que estabelece um nível universitário para os professores, buscando assim capacitar os professores para aplicar essa disciplina. Porém, como EMC era algo novo e havia a necessidade de professores capacitados rapidamente, eram propostos cursos de reciclagem para professores que tiveram as disciplinas substituídas pela EMC, como professores de história, geografia, filosofia e sociologia, a fim de “atualizá-los” e inseri-los em sala de aula:

Agora era fornecido ao professor, formado em História ou Geografia, um planejamento com objetivos e conteúdos explicitados de forma a torna-lo um *polivalente*, sem, contudo levar em conta a realidade das escolas e dos alunos. As reuniões para promover os necessários *encaixes*, eram intermináveis e na maioria das vezes inconclusivas. (TRINDADE, 2014, p. 48).

O sustento da obrigatoriedade da EMC em lei seu deu por vários interesses de várias classes envolvidas que defendem com afínco regime militar no Brasil:

Notam-se no texto laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elemento próximos da tradição integralista, mas também paga-se tributo, ao menos formal, a valores caros aos setores liberais, como a menção a “princípio democrático” e “amor à liberdade” (MOTTA, 2014, p.219).

Essas classes por vezes havia alguns diferenciais em seus ideais, porém uniram-se nesse período, é fruto dessa união, alguns de seus valores foram se interligando, fortalecendo ainda mais seu interesse em comum, que era o molde do cidadão perfeito, que mesmo alienado intelectualmente, defendia com afínco valores como a democracia, liberdade, as tradições cristãs, o amor à pátria, o zelo pelo cumprimento das leis e a disposição em servir seu país, tudo isso graças aos estudos de EMC nas escolas.

Mais adiante, houve o decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, que “regulamenta o decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências”. (Brasil,1971) Reafirmando o pensamento de Alves (2021), que o decreto-lei nº 869 serviu como porta de entrada para adequar as disciplinas de EMC no currículo. Motta (2014) aponta que este decreto serviu para ajustar melhor a funcionalidade da CNMC, além de lhe atribuir mais funções e com isso, garantiu uma porção maior de poder para inspecionar, vigiar, regulamentar, incentivar e garantir o bom funcionamento da EMC tanto nos materiais didáticos ofertados, quanto no chão da sala de aula.

Neste decreto, houve também a criação dos centros cívicos dentro dos centros de ensino, sobretudo nas escolas de 1º e 2º grau, tendo como objetivo englobar a juventude, um dos alvos principais da moral e civismo.

O centro cívico deveria funcionar sob a assistência de professor orientador escolhido pelo diretor do estabelecimento, e esperava-se que contasse com a participação voluntária de alunos. ele seria “destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de educação moral e cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do educando.” Seu papel era estimular

a comemoração das datas patrióticas e a observação de rituais cívicos, entre outras iniciativas do gênero. (MOTTA, 2014, p.221)

Algo importante a ser questionado nestas políticas educacionais, é a questão dos materiais didáticos, ou melhor, a regulamentação para esses materiais didáticos, uma vez que eles são “poderosas ferramentas de unificação - até de uniformização - nacional, linguística, cultural e ideológica” (Filgueiras, 2015, p.3 Apud Choppin, 1998, p. 169). Neste contexto histórico, o Brasil não possuía nenhum órgão que regulamentasse os materiais didáticos e esses materiais possuíam um alto valor, as camadas populares não tinham acesso a esses materiais. Além disso, com o efeito das mudanças realizadas em leis observadas anteriormente, houve crescimento na demanda desses materiais pois havia crescimento na procura para ingresso no 1º e 2º graus. Com efeito, buscou-se solucionar os dois problemas da regulamentação e preços elevados, logo, houve “uma tentativa dos MEC de resolver problemas que estavam na pauta desde os anos 1950: atender ao novo público escolar com menores condições financeiras e regular o mercado editorial.” (Filgueiras, 2015, p. 6).

Esses materiais, sobretudo o Livro Didático são materiais imprescindíveis no cotidiano dos professores e aluno em sala de aula, e obviamente essas regulamentações seriam previstas em lei, como o caso da Fundação Nacional do Material Escolar - FENAME, regulamentada na lei 5.327 de 2 de outubro de 1967 que “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar” (Brasil, 1967). Filgueiras justifica a regulamentação dos materiais didáticos alegando que “O livro escolar é, assim, distinto de outros tipos de publicações e, por esse motivo, recebe uma regulamentação exclusiva que controla a sua produção, sua forma, os conhecimentos veiculados, sua distribuição e até mesmo o seu uso.” (Filgueiras, 2015, p.3).

Logo, de acordo com esses ideais, os materiais didáticos, sobretudo o Livro Didático -nosso principal referencial tratando-se de FENAME em diante- dizem muito sobre a sociedade em diversos contextos, no regime ditatorial militar não foi diferente. Todavia, que tipo de conteúdo precisava ser exposto no livro didático? Que imagem de sociedade queria transmitir para a sociedade daquela época e para as futuras gerações quando consultassem um livro didático dessa época? A resposta é bem simples, mas será abordada com maior detalhamento no próximo capítulo. A Fename não possuía fins lucrativos, seu objetivo era bem simples: distribuir os livros didáticos para as escolas visando a melhoria no empenho escolar, e a venda seria a preço de custo, um ideal que a princípio aparenta ser totalmente benevolente, pois era em nome da melhoria do empenho escolar. Sendo assim, para que os interesses da classe dominante fossem realizados, havia fiscalização cercando a Fename

composta por dois representantes do MEC, para que os materiais fossem elaborados e distribuídos conforme a vontade dos governantes.

É importante salientar que essa fundação foi criada para substituir a Campanha Nacional de Material de Ensino- CNME, criada antes mesmo do regime militar, no governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, em 1967 essa campanha passou por uma “repaginada”, seu nome foi alterado e foi apresentado à sociedade como algo novo e revolucionário, pois iria resolver as problemáticas acerca dos materiais didáticos. Além disso, a Fename é fruto dos acordos MEC-USAID, uma vez que graças a esse convênio, vieram técnicos para capacitar e auxiliar o processo da elaboração dos livros didáticos no Brasil, além do investimento financeiro. Além do livro didático, de acordo com Filgueiras eram também considerados materiais didáticos:

(...) Eram considerados materiais escolares e didáticos: cadernos e blocos de papel; cadernos de exercício; peças, coleções e aparelhos para o estudo das matérias escolares; guias metodológicos; dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de consulta; material para ensino audiovisual das disciplinas de grau elementar, médio e superior (FILGUEIRAS, 2015, p.12).

Um dos objetivos da Fename era enviar seus materiais para locais onde esses materiais não conseguiam chegar com facilidade, a partir de 1970 fizeram então uma série de articulações para a distribuição desses materiais, iniciando pela região sul e sudeste do país finalizando nas regiões norte e nordeste:

Em 1975 a Fundação intensificou a atuação nas regiões consideradas isoladas e com necessidade de integração, entre elas a região da transamazônica, Pará, Amazonas, Rondônia, por meio do projeto Fename/Amazônia Legal, que previa a produção e distribuição de material didático. (FILGUEIRAS, 2015, p.14).

Esse objetivo de alcançar todas as regiões, até mesmo as que possuíam difícil acesso, foi para elevar o nível de satisfação da população com o governo. O governo estava empenhado em expor para a sociedade daquela que o período em que estavam vivendo havia progresso, desenvolvimento e investimento, o artifício que encontraram para criar essa ilusão nas pessoas era esse: investir em propagandas que enfeitavam a situação do Brasil, que estava avançando rumo ao progresso graças aos militares e todas as ideologias pregadas.

Sua função seria levar o livro didático para locais que não possuíam livrarias. Assim, o MEC divulgou que o trabalho da Fundação representaria uma contribuição patriótica, pois procurava popularizar o ensino, uma das grandes metas da “revolução” (FILGUEIRAS, 2015, p.14)

A Fename alcançou excelentes resultados na distribuição dos materiais didáticos, com isso, ganhou maior visibilidade perante ao MEC, tornando-se assim a editora do Estado, estendendo suas funções e produzindo novos materiais, fazendo parcerias com outras instituições como os Conselhos Federais de Educação e Cultura, fornecendo seus materiais. Graças a essa proliferação, de acordo com Filgueiras (2015) a Fename teve uma significativa colaboração na disseminação dos sentimentos patriotas e nacionalistas, devido as suas obras e seu enorme alcance nacional, que sempre buscavam abordar a moral, o civismo, além de incentivar o amor à pátria através das exposições acerca das linguagens, costumes e cultura nacional.

Consecutivamente, em 1976, a Fename passou a coordenar o Programa do Livro Didático- PLD, programa esse que foi instituído em 1971 e tinha como função editar e distribuir, em parceria com as editoras privadas, livros didáticos para instituições de ensino de 1º e 2º graus. Para consolidar essa coordenação, Filgueiras (2015) aponta que: Para efetivar o Programa do Livro Didático a Fename firmou convênio com as secretarias estaduais de educação. (...) Os recursos para o programa provêm das contribuições das unidades federadas e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (FILGUEIRAS, 2015, p.15). A tomada de direção do PLD, foi a porta de entrada para a Fename coordenar e se aliar a outros programas como Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – Premen, que apoiava financeiramente as publicações de materiais de ensino e o Programa de Livro Didático do Ensino Médio – PLIDEM, que selecionava os livros didáticos de ensino médio e os tornavam referências para a elaboração e publicação de outros materiais.

Dadas as observações acerca da essência da Fename, para concluir, atrairemos nossos olhares para quem produzia esses materiais, os autores que integravam essa fundação. Filgueiras (2015) aponta que:

Os autores das obras didáticas eram docentes de colégios tradicionais do ensino secundário - Colégio Pedro II, Instituto de Educação, escolas das Forças Armadas - e professores de colégios experimentais criados nos anos 1950 - Colégio de Aplicação da UFRJ e Colégio Nova Friburgo da FGV. Parte dos autores eram também professores universitários de Didática Geral e Especial das Faculdades de Filosofia da UFRJ, UFF, Uerj, PUC-RJ, FGV, entre outras. As publicações da Fename demonstravam a participação de autores que pertenciam a diferentes lugares de poder: docentes de instituições que desde o século 19 eram considerados lugares legitimados para a produção de discursos sobre a educação secundária, bem como de docentes de novas instituições, das Faculdades de Filosofia, das cadeiras de Didática e dos colégios experimentais, que buscavam se tornar novos lugares de produção discursivas sobre a escola e os saberes escolares. (p.15).

Ou seja, havia a presença de professores de instituições que possuem status positivos perante o Brasil e o mundo, por suas tradições e incentivos à pesquisa. Contudo, é importante lembrar o contexto de censura e falta de incentivo a pesquisa, por isso, os professores destas instituições eram selecionados, ou seja, eram aqueles quem escreviam o que o governo queria espalhar para sociedade, a ideia de que as coisas estavam funcionando perfeitamente neste país, caminhando rumo ao progresso. Vale ressaltar que muitos desses professores realmente encaravam o Brasil pela ótica que a ditadura militar queria expor, fazendo com que esses materiais fossem escritos com afincio para serem utilizados nos ambientes escolares.

CAPÍTULO 2

A DISCIPLINA OSPB EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1977-1985): UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Como observado anteriormente, o governo utilizou de seu status de poder para consolidar decretos e leis que regulamentaram seus ideais acerca da educação, tornando-a um aparelho ideológico do Estado para atender seus interesses de pensamento e molde da sociedade. Dentre as leis observadas, é nítido que os governantes sabiam como incorporar seus pensamentos a fim de disseminá-los. Um dos artificios utilizados foram os materiais didáticos, sobretudo o livro didático, instrumento presente no cotidiano do professor e aluno em sala de aula e um dos instrumentos mais importantes no processo de ensino-aprendizagem.

De modo geral, todos os livros didáticos necessitam ser compreendidos por seu processo de produção, distribuição e consumo. Esses três aspectos envolvem, historicamente, os contextos em que foram produzidos os livros – políticas editoriais, como as leis oficiais que regem a forma de produção dos livros, mercados e preços, além de outros- (...) políticas governamentais de aquisição de livros destinados à escola e consumo (...) (SCHMIDT, 2004, p. 135).

Diante da fala de Schmidt (2004), utilizaremos os aspectos presentes em sua obra para analisar um instrumento de pesquisa crucial deste trabalho: o livro didático de OSPB de Francisco Teixeira. Vale ressaltar que mais adiante, em sua obra Schimidt (2004) pontua que os livros didáticos além de apresentarem um cenário de um dado período histórico, nenhum livro didático é tido como imparcial ou abstrato, uma vez que ele retrata a real situação de uma sociedade, de acordo com os ideais ou corrente de pensamentos de quem produz tal material. Não há como encontrar materiais que expõem todo o cenário histórico, de algum modo, há sempre uma versão/ponto de vista de determinado cenário histórico que ficará oculto ou até mesmo não será apurado e levado em consideração.

Neste capítulo será realizado uma análise acerca de um livro didático de OSPB no contexto do início do período denominado de redemocratização, onde o sistema ditatorial dirigido pelos militares no Brasil começa a enfraquecer, e a lentos passos, a ditadura vai caminhando para seu fim. Para compreender o declínio desse regime na esfera educacional, iremos acompanhar um trecho da obra de Laville (1999) que aponta que o ensino de história em certos contextos históricos tem o objetivo de legitimar ordem e a moral, tirando sua essência que é promover a reflexão e a visão crítica de mundo.

Com isto, será observado a ambiguidade que a disciplina OSPB adquiriu no final da década de 1970 e início dos anos 1980, passado a fase mais pesada da ditadura, tornando-se um instrumento de resistência para alguns professores contrários à ditadura como é o caso do professor Francisco Maria Pires Teixeira e para outros, tornando-se um meio de persistência e tentativa de continuar legitimando a ordem para alguns professores que apoiavam o regime, com aponta Fonseca (2003)

Portanto, o fazer histórico realizava-se, no campo da política, numa posição ambígua, pois, se por um lado estava extremamente próximo ao poder dominante, por outro se distanciava e constituía um outro poder que dispunha de estratégias, símbolos e fatos capazes de alterar o jogo das forças políticas. (FONSECA, 2003, p. 25).

Na tentativa de compreender um dos lados da ambiguidade da OSPB que foi a resistência, será levantado uma análise acerca do professor Francisco Teixeira e de sua obra didática intitulada “OSPB: Organização Social e Política do Brasil- 2º grau” e os efeitos que seus ideais e obras trouxeram para o contexto daquela época.

A análise será realizada buscando compreender os seguintes aspectos: análise do perfil de Francisco Teixeira como intelectual e professor especialista em OSPB, seus ideais cívicos e seu sentido interpretativo em seu livro didático com base nas definições de ensino de ensino de história, didáticas e práticas das autoras Bittencourt (2007), Fonseca (2003) e Schmidt (2004); entender a estrutura de seu livro didático e expor quais eram os sujeitos que Teixeira abordou em sua obra; comparar os ideais de Teixeira com o conteúdo programático fornecido pelo MEC com base na Comissão Nacional de Moral e Civismo- CNMC.

Dito isso, para nos imergir nos objetivos do presente capítulo, utilizaremos o conceito de cidadão súdito versus cidadão participante, assim, se compreende que os manuais didáticos lançados no pós-segunda guerra a depender do tipo de governo aborda uma concepção de cidadão.

Houve um tempo em que o ensino da história nas escolas não era mais do que uma forma de educação cívica. Seu principal objetivo era confirmar a nação no estado em que se encontrava no momento, legitimar sua ordem social e política- e ao mesmo tempo seus dirigentes- e inculcar nos membros da nação- vistos então mais como súditos do que como cidadãos participantes - o orgulho de a ela pertencerem, respeito por ela e dedicação para servi-la. O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada. (LAVILLE, 1999, p. 126).

O trecho retirado da obra de Christian Laville pode ser direcionado acerca do ensino de história no Brasil no contexto da ditadura militar, que graças a introdução dos Estudos Sociais nos currículos escolares, tornou de forma proposital o ensino fragmentado, com conteúdo contados pela metade, ocultando fatos, distorcendo a realidade, além de introduzir altas doses de civismos. Gerando então uma ilusão na mente do povo brasileiro de que esses estudos sociais os tornarão cidadãos autênticos, defensores de sua pátria pois seriam capacitados graças aos estudos sociais.

O sistema ditatorial precisava funcionar de maneira eficiente, para isso os governantes queriam inspirar confiança para a sociedade e conseqüentemente tornar a sociedade confiante para cumprir seus ideais. Para fazer com que esse processo funcionasse, os governantes tiveram a ideia de espalhar a luta pela defesa da democracia, através da educação, como já visto ao final de diversos marcos históricos de países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos quando um sistema tende a se sentir ameaçado a ser deposto. Com isso, a luta pelos princípios democráticos chegou à consciência dos cidadãos, fato que Laville (1999) considera como cidadão participante.

Laville (1999) aponta que o cidadão participante seria capacitado para compreender os princípios da democracia e sua importância e, uma vez compreendido, seria engajado a defender seus princípios perante a sociedade. Para que essa formação cause o efeito desejado, havia a necessidade de acrescentar conteúdos apropriados, se possível, distorcer fatos da realidade daquele marco histórico, além de não disponibilizar brechas para questionamentos. Um meio de não levantar tais questionamentos foi distorcer o ensino nas escolas, mais especificamente o ensino de história, neste caso, quem promoveu tais distorções no Brasil no contexto ditatorial militar foram os militares.

No entanto, em muitos desses países, quando o ensino da história é criticado ou acusado, quando provoca debates, como muitas vezes acontece, não é porque as pessoas se inquietam com o alcance dos objetivos de formação que lhe são oficialmente atribuídos, mas ‘em razão’ dos conteúdos fatuais, por se julgar que certos elementos estariam ausentes e que outros estariam sendo ensinados em lugar de coisa melhor, como se o ensino da história continuasse sendo o veículo de uma narração exclusiva que precisa ser assimilada custe o que custar. (LAVILLE, 1999, p 127).

O fato de a distorção do ensino de história ter ocorrido em um momento histórico tão delicado e tão cheio de versões, compromete a dimensão do realmente ocorreu naquela época pois vozes foram silenciadas, obras foram deixadas de ser publicadas, as notícias eram fiscalizadas, confirmando a fala de Chervel (1990): “Tudo muda, evidentemente, a partir do momento em que se renuncia a identificar os conteúdos de ensino com as valorizações ou com as adaptações.” (p.183). Devido a implantação das disciplinas de estudos sociais, sobretudo a OSPB, na primeira parte do período ditatorial com o período mais sombrio e de censura, anulou-se os questionamentos das funcionalidades de tais disciplinas, a escola foi condicionada a essa situação.

Podemos acrescentar a esta reflexão a ideia defendida por Paulo Freire, que indica em suas obras que a educação é um ato político, ao que Bittencourt (2007) defende em sua fala:

O ato educacional é, fundamentalmente, um ato político, nos advertiu sempre Paulo Freire, e se tal prática é válida para qualquer disciplina escolar, no caso de História, esta é muito evidente, sem poder jamais ocultar essa sua essência e base cultural. (BITTENCOURT, 2007, p.186)

Havia a concepção de que a disciplina de história carrega consigo um alto teor político e ideológico, por esse motivo houveram as alterações realizadas em leis, como forma de refrear os questionamentos que o ensino de história proporciona, com isso, entraram os estudos sociais que distorciam os conceitos acerca da organização da sociedade brasileira e

todos os processos pelas quais esta sociedade passou, além das distorções de outros tantos conceitos e até mesmo ocultação de conteúdo.

2.1 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO “OSPB: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL 2º GRAU” NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

O ensino de História do Brasil está associado, inegavelmente, à constituição da identidade nacional. Nacionalismo patriótico, cultos a heróis nacionais e festas cívicas são alguns dos valores que, na escola, se integram ao ensino da História do Brasil ou, ao menos, de uma certa História do Brasil. (BITTENCOURT, 2007, p. 185).

A observação de Circe Bittencourt ainda se faz pertinente nos dias atuais, todavia, esta História do Brasil foi aplicada com afincamento no período ditatorial, graças aos Estudos Sociais, que pregavam em seus materiais e aulas os discursos exagerados de uma identidade nacional baseada nos aspectos citados pela autora. Foi “uma certa História do Brasil” agradável para os militares e a classe dominante pois endossava o aluno com os discursos ufanistas de amor e defesa à sua pátria, diminuindo os processos de reflexão crítica e implantando ideologias.

Ainda em sua obra, a autora nos mostra a presença de outras Histórias do Brasil, que envolvem propostas de reflexões, críticas e relativizações acerca dos heróis, festas e personagens que, por motivos de interesses de quem está no poder, insistem em permanecer ocultos, ocultando conseqüentemente versões pertinentes da História do Brasil que nos ajudariam a compreender o princípio da formação territorial e social no Brasil.

Francisco Teixeira em sua obra, buscou romper com essas ideias históricas, tirando o destaque que as figuras portuguesas possuíam em obras didáticas, citando esses personagens quando havia a necessidade em citá-los, pois é inegável a presença destas figuras no processo de formação do Brasil, mas sem a visão heroica que sempre foi muito atribuída a esses personagens, ocultando os verdadeiros heróis da história nacional, que até hoje não ganham a devida notoriedade que merecem nos livros didáticos.

Os escritores que produziam materiais didáticos para o sistema educacional na ditadura militar possuíam conhecimento desse aspecto, e o incorporaram em seus ideais, que eram alinhados com os ideais militares em suas obras, ocultando uma parte importante desse cenário, impactando até os dias atuais a forma como se analisa o contexto da ditadura militar no Brasil de 1964.

As relações do professor de história, como as de outros, com os livros didáticos articula-se, fundamentalmente, por meio de suas concepções de educação, ensino e aprendizagem, ou seja, está permeada pelas concepções de escola, bem como pelas que têm das finalidades do ensino em geral e do ensino de história em particular. (SCHMIDT, 2004, p. 136).

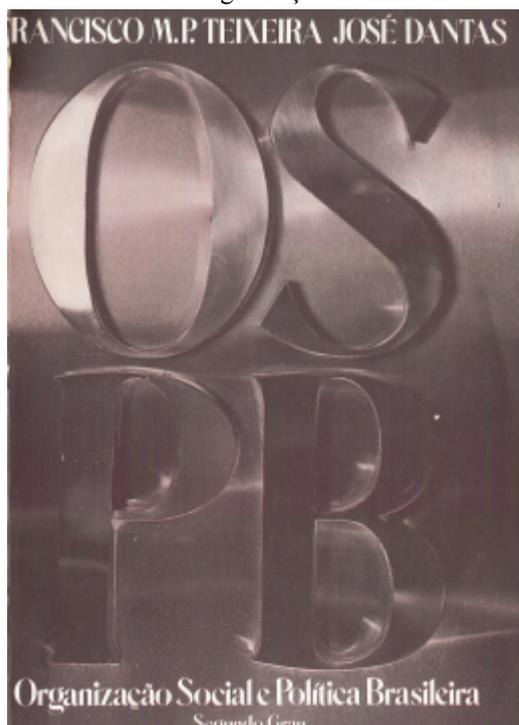
Por meio deste trecho, podemos compreender o motivo de um livro didático não permanecer imparcial em sua construção, pois ele é construído através do que o professor entende por ensino, educação e aprendizagem. Esses conceitos são amplos, além do fato de existirem inúmeras correntes filosóficas e ideológicas cercando essas concepções, logo, enxergar tais conceitos no processo de formação dos professores que contribuíram com seus matérias neste período, nos auxilia na compreensão do pensamento destes professores em suas produções.

A exemplo do livro de Teixeira, que baseado em suas concepções sobre educação, visava ir contra as questões morais, éticas, nacionalistas e patrióticas impostas pelo Decreto-Lei nº 869, visto anteriormente. Em sua obra, nos proporcionou compreender o funcionamento da sociedade daquela época, seus objetivos e articulações, tudo isso sob extrema cautela, pois sua obra era passível de reprovação pelos órgãos de fiscalização se atenuar suas concepções e críticas ao sistema de governo daquela época. Schmidt (2004) indica que a forma como o livro didático é utilizado pelo professor pode afetar no processo de ensino-aprendizagem do aluno pois pode promover um aprendizado desprovido de significados para o aluno, onde há somente a memorização de data e nomes, resultando em uma educação enciclopédica. Contudo, há a possibilidade de trabalhar com o aluno de forma que o aprendizado se torne significativo para ele, promovendo questionamentos e um pensamento crítico, utilizando como parte de seu processo suas experiências pessoais e sua visão sobre a realidade que o cerca. Seguindo essa lógica, esse foi o objetivo que Francisco Teixeira alcançou através de seu livro didático.

Francisco Teixeira é filho de portugueses, teve uma base educacional de cunho religioso, estudou no seminário da Ordem do Carmo. Foi licenciado em Filosofia e História, devido isso, em suas obras como a que será analisada a seguir há a presença de seu senso crítico e suas percepções de mundo. Além, dessa obra, Teixeira escreveu outros livros didáticos e paradidáticos, além de lecionar em escolas particulares.

Iniciando pela capa de seu livro, Teixeira optou por algo sutil, simples, que não chamasse atenção daqueles que fiscalizavam sua obra, optando por algo discreto, contendo apenas o título da obra e seu nome como o autor:

Figura 1 – capa do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau

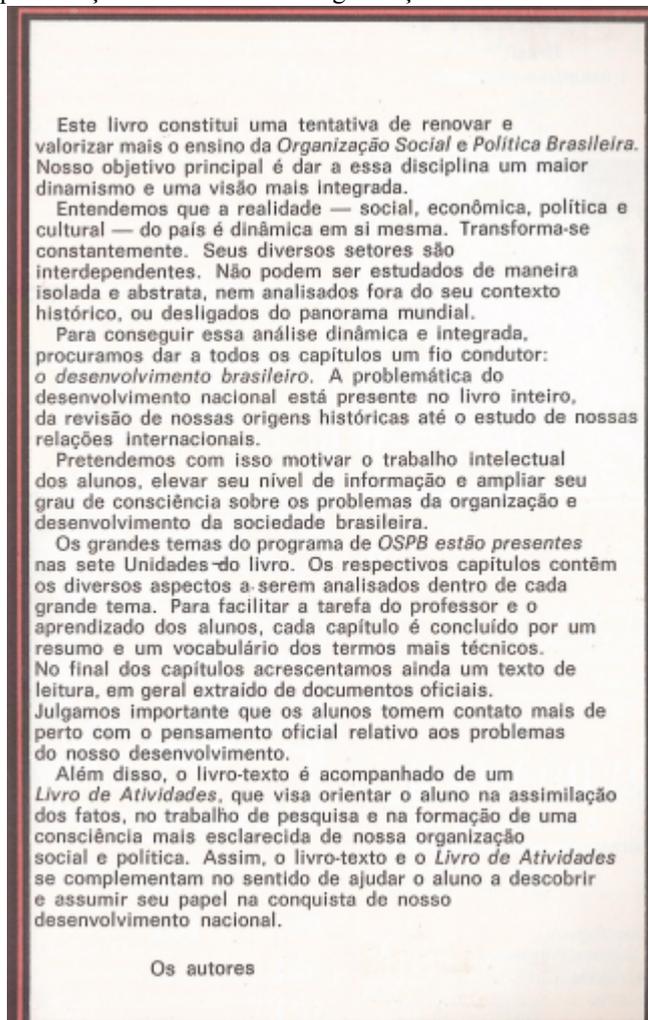


Fonte: Livro dos autores Teixeira e Dantas, 1980.

Teixeira inicia sua obra exibindo os objetivos de sua obra que segundo ele, visa valorizar o ensino de OSPB, incentivando os alunos a “elevarem seu nível de informação e ampliar seu grau de consciência” baseado na organização e desenvolvimento brasileiro, iniciando sua contramão sutil as imposições do Decreto-lei nº 869/69. Ademais, ainda apresenta de maneira breve como está contida a dinâmica do livro, que está dividido por Unidades e dentro dessas unidades, subdivididos por capítulos, que abordam temas diversos em forma de tópicos, além de vocabulários e documentos oficiais, como material complementar aos conteúdos apresentados. Em nenhuma das Unidades, os autores levam em consideração as atividades que foram impostas nos currículos de OSPB através de decretos elaborados pela CMNC, elaboradas com o intuito de reforçar a imposição de ideologias. Isso atribui a essas obras, um caráter expositivo e crítico, uma vez que fosse somente crítico, o ensino torna-se enciclopédico, com datas, nomes e momentos a se decorar. Além de considerar a importância de os alunos possuírem afinidade com o “pensamento oficial” para localização e busca de solução de problemas, mostrando para a fiscalização que sua obra sofreu, que seus ideais eram alinhados com os do Governo. Por fim, reitera a presença de um livro de atividades, que tem como objetivo auxiliar os alunos a compreender os assuntos trabalhados nas unidades, além de ser um método que auxilia na fixação de conteúdo. “Assim,

o livro-texto e o livro de atividades se complementam no sentido de ajudar o aluno a descobrir e assumir seu papel na conquista do nosso desenvolvimento nacional.” (p.3)

Figura 2 – Apresentação do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau



Fonte: Livro dos autores Teixeira e Dantas, 1980.

O sumário deste livro contém 7 (sete) unidades, que possuem os seguintes títulos:

Unidade I: Brasil, passado e presente;

Unidade II: A caminho do desenvolvimento econômico;

Unidade III: Uma sociedade em desenvolvimento;

Unidade IV: O funcionamento da Nação;

Unidade V: Educação para todos;

Unidade VI: Ciência e cultura no Brasil;

Unidade VII: Nós e o mundo.

Figura 3 – Sumário do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>UNIDADE I Brasil, passado e presente 7</p>  <ol style="list-style-type: none"> No princípio foi assim 9 E veio a emancipação 16 A experiência do Império 21 O Brasil de hoje 28 | <ol style="list-style-type: none"> Agricultura e Reforma Agrária 59 Desequilíbrios regionais 64 <p>UNIDADE III Uma sociedade em desenvolvimento 70</p>  <ol style="list-style-type: none"> Sociedade e desenvolvimento 72 Crescimento e distribuição da população 76 Presença da vida rural 83 A marcha da urbanização 88 Desenvolvimento social: as grandes metas 94 | <ol style="list-style-type: none"> Os poderes da nação 112 A República brasileira 119 A segurança nacional 126 <p>UNIDADE V Educação para todos 131</p>  <ol style="list-style-type: none"> Educação e desenvolvimento 133 A reforma do ensino no Brasil 140 Supletivo, Mobral e outros projetos especiais 146 Problemas da educação no Brasil 153 | <p>UNIDADE VI Ciência e cultura no Brasil 158</p>  <ol style="list-style-type: none"> Ciência, pesquisa e desenvolvimento 160 Panorama cultural brasileiro 167 <p>UNIDADE VII Nós e o mundo 181</p> <ol style="list-style-type: none"> Comércio exterior brasileiro 183 Política exterior do Brasil 191 O Brasil na comunidade internacional 198 <p>BIBLIOGRAFIA 206</p> |
| <p>UNIDADE II A caminho do desenvolvimento econômico 35</p> <ol style="list-style-type: none"> A decolagem do desenvolvimento 37 A escalada industrial 44 | <p>UNIDADE IV O funcionamento da nação 102</p> <ol style="list-style-type: none"> Evolução política brasileira 104 | | |

Fonte: Livro dos autores Teixeira e Dantas, 1980.

Cada Unidade presente no livro possui capítulos com os indicativos de página e o assunto abordado. Ademais, o livro conta com ilustrações, fotografias, mapas, tabelas, gráficos, vocabulários e documentos, proporcionando ao aluno recursos que visam facilitar o processo de aprendizagem. A princípio, é uma estrutura bem elaborada, apresentando ao aluno em sua primeira Unidade um aparato histórico para que se compreenda o processo da formação social e política do país, sem enaltecer os personagens e os feitos portugueses nesse processo de colonização. Ao que antecede os capítulos, podemos encontrar notas dos autores indicando os objetivos de aprendizado no decorrer da unidade em questão, como a citada a seguir, no início da unidade I: Brasil, passado e presente, nas demais unidades:

“Entendemos, porém, que o estudo do **passado** pode nos dar valiosas informações para pensarmos sobre o **presente**” (p.10). Na Unidade I, busca-se fazer um aparato geral, desde o momento em que o Brasil passa a ser explorado pelos portugueses, até o período moderno do Brasil – décadas de 1940 e 50 – expondo de maneira rápida os episódios pelos quais o Brasil passou. Este avanço foi proposital, pois como é comum nos livros, quando se trata de colonização do Brasil, que os europeus acabam por ficar em um pedestal, atribuindo-lhes uma visibilidade que garante que esse contexto histórico seja contado por seus personagens somente, ocultando as versões deste fato histórico pela ótica de outros povos – indígenas e africanos escravizados – que tiveram parte nesse fato, que sofreram e ainda hoje sofrem pelas ocultações sofridas, não permitindo expor suas versões.

As distorções propositais se iniciam, ainda no período colonial, o autor retrata a coroa portuguesa como benfeitora para o povo indígena, pois proporcionou a eles a conversão com a chegada da igreja católica, dando-lhes a oportunidade da “salvação”. Mais adiante, é possível ver o grande salto histórico, da colonização para o processo de independência, em 1822, ocultando partes importantes da história do Brasil. Neste ponto, o autor descreve as revoltas que ocorreram no Brasil, que visam a independência, contudo, trata os personagens dessas revoltas como verdadeiros patriotas, que lutaram em defesa de sua nação, além disso, enalteceram as elites da época como os verdadeiros “cabeças” desses movimentos e rebeliões, ocultando a força e a atuação que as classes populares tiveram neste processo.

Nessa direção, cabe-se uma reflexão sobre o perigo de se construir uma história única para a construção da identidade nacional brasileira através da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB), pois, sabemos que o ensino de história é um espaço do debate político no interior da sociedade, conforme apontam as pesquisas das professoras Bittencourt (2007) e Fonseca (2003), por exemplo, quando demonstram que os livros didáticos tornam-se peças centrais na divulgação do tipo de ensino e aprendizagem que se quer lembrar e conseqüentemente se quer esquecer. Portanto, existe a permanência de determinadas narrativas históricas presentes na leitura do decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969, conforme mostrado no capítulo anterior, no entanto, sabemos que a história única tem as suas conseqüências quando são observadas por dentro dos governos autoritários, usando as reflexões da pesquisadora Adichie, podemos inferir que “a conseqüência da história única é a seguinte: rouba-se a dignidade das pessoas. Dificulta o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada. Enfatiza o quão diferentes somos em detrimento de quão iguais somos” (ADICHIE, 2019, p. 26).

No terceiro tópico, já no pós-independência, novamente houve o apagamento das classes populares e foi atribuído à figura do imperador e as elites na função de formular a primeira Constituição do Brasil, além disso, no tópico seguinte, trataram com uma simplicidade exagerada o processo de introdução da república no Brasil, pois era esse o interesse que o governo militar tinha em expor tratando-se desse episódio da História do Brasil. Por fim, avançando um pouco mais nos fatos históricos, já no início da década de 1960, há uma breve crítica ao governo de João Goulart e uma justificativa para a tomada de poder dos militares em 1964, alegando que a tomada de poder visava “restaurar a ordem política e social no país e defender a democracia”, reforçando essa ideia que os militares transmitiam em seus discursos para a sociedade.

“É importante que todos conheçamos nossos recursos e riquezas, e também nossos problemas, para que possamos **participar** do desenvolvimento nacional.” (Trecho que precede a Unidade II: A caminho do desenvolvimento econômico). (p. 36). A segunda Unidade do livro apresenta questões referentes à economia e desenvolvimento do Brasil, iniciando pela breve exposição de informações de cunho geográfico do país, como relevo, clima, solo e população, algo diferencial na estrutura curricular desse livro. Esses aspectos são tratados de forma superficial, pois o motivo de tais informações é chamar a atenção do aluno sobre o rápido crescimento da população, e os problemas que esse rápido crescimento causa como o aumento da taxa do analfabetismo e desemprego. Com isso, gera-se um discurso que aponta que uma das soluções para as problemáticas é a distribuição da população e melhor aproveitamento dos recursos dispostos para somente assim, avançar na questão do desenvolvimento do país, contrariando os ideais governamentais que propunham que o Brasil precisaria, primeiramente concentrar dinheiro, enriquecer, para depois repartir a riqueza na sociedade. Esse ideal permitia favorecer somente a elite, mantendo as camadas populares pobres.

Ademais, o autor se refere ao período da ditadura militar no Brasil que conhecemos atualmente como “Revolução de 64”, como se isso não fosse o suficiente para engrandecer os militares, o autor se referia a esses governos militarizados como “governos revolucionários”, que buscavam dentre seus objetivos, “aperfeiçoar” os programas de desenvolvimento e todos os aspectos presentes nos Brasil. A justificativa por trás desses discursos era de que o objetivo principal era o progresso do Brasil.

No tópico seguinte, há um destaque para o desenvolvimento econômico no Brasil, que ocorreu graças à industrialização. Nele há a presença do contexto do desenvolvimento econômico no Brasil de maneira breve acerca do desenvolvimento no Brasil, a partir do século XIX. Ainda neste tópico, o autor pontua os meios que possibilitaram o avanço do desenvolvimento no Brasil a partir de 1950, destacando que o Governo Federal, a partir de 1964 com a “Revolução”, melhorou ainda mais os meios para os avanços econômicos através de seu controle e criação de programas, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND.

A partir do terceiro tópico, o objetivo é explorar as questões agrícolas, usando como norteador o II PND, que alega que o Brasil precisava perder a imagem de “país agrícola” que possuía para assim avançar rumo à modernização e industrialização. E complementa que isso só seria possível se o setor agropecuário ainda estivesse em pleno funcionamento, porém como coadjuvante. Através dessa introdução, partem para o ponto principal nesse tópico que é

a reformulação no setor agrícola visando a modernização, tendo como base o II PND. Essa reforma agrária possuía ideais como distribuir corretamente as propriedades e tornar as terras produtivas, para conseqüentemente, gerar um crescimento econômico no país. Por fim, no último tópico, é citado os desequilíbrios regionais para justificar um processo lento de desenvolvimento econômico, expondo que a solução a este problema seria investir nas regiões onde esse desenvolvimento é fraco, como as regiões Norte e Nordeste.

(...) Mas veremos agora que o desenvolvimento nacional não se esgota no crescimento da economia. Isto quer dizer que o desenvolvimento econômico tem que se completar pelo desenvolvimento social. (Trecho que precede a Unidade III: Uma sociedade em desenvolvimento). (p.71)

Além do desenvolvimento econômico citado na Unidade anterior, houveram avanços no desenvolvimento social do país tornando o Brasil um país “moderno”, como apontado pelo autor. Por meio desses avanços vieram aspectos importantes como a industrialização, urbanização e aumento dos meios de educação. Dito isso, há o indicativo do autor de que a educação é um fator crucial para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, econômico do país, além do fato de que é através da educação que se constitui conhecimento e a criação de valores morais e religiosos, afirmando o que consta no decreto-lei que regulariza a OSPB, no Artigo 2º, onde é imposto a sua finalidade. Juntamente à educação, os meios de comunicação também são vistos como importantes fatores, uma vez que através desses meios eram disseminados os discursos ideológicos dos militares.

Mesmo com esse aparente desenvolvimento, vieram acompanhados alguns problemas que se tornaram empecilhos para a continuidade desse desenvolvimento no Brasil, um fator peculiar as obras de OSPB, uma vez que os demais autores evitam citar os problemas que a sociedade brasileira enfrentou, quando citam, é de maneira breve e superficial. Para solução a essa problemática, o autor defende que a criação e execução do II PND, criado em 1974 pelos governantes militarizados para refrear os empecilhos que impediam o desenvolvimento econômico no Brasil, apontando soluções como maior oferta de emprego, redistribuição da renda, melhoria nos planos educacionais e defesa do meio ambiente.

Em seqüência, no tópico seguinte, o autor expõe sobre o crescimento e distribuição da população, indicando o quantitativo de habitantes no país (94. 508. 554 habitantes em 1970, de acordo com o Censo Demográfico) (p. 76.). A respeito da distribuição da população, de acordo com Censo, realizado em 1960, mais da metade da população habitava nas regiões Sul e Sudeste (p.77), além da identificação da faixa etária dos cidadãos brasileiros, onde o

resultado constatou que metade da população tinha de 0 a 19 anos (p.78). O fato de a população ser muito jovem, dificulta o avanço econômico pois esses jovens ainda não eram economicamente ativos, como aponta o autor, e, juntamente a essa problemática, é acrescentado o fato do analfabetismo latente na sociedade:

Como você pôde comprovar, os contrastes são evidentes. A população brasileira é jovem, quanto à distribuição por idades. É pequena em relação ao território. É pobre e pouco instruída. Acima de tudo, está mal distribuída geograficamente. O Norte e o Centro-Oeste, que possuem 2/3 do território, reúnem 10% do total da população. O Nordeste, com 1/5 do território, possui 30% da população. O Sul e o Sudeste, com apenas 1/6 do território nacional, concentram quase 60% do total de habitantes no país. (p.78).

Aprofundando as questões acerca da distribuição, é apontado um fator importante que afeta as questões distributivas: a migração e imigração colocando como exemplo a crescente migração rumo às regiões Sul e Sudeste, devido a sua industrialização e modernização aceleradas.

Para concluir a Unidade, em seus últimos tópicos, é apresentada uma ambiguidade muito comum aquela época no Brasil: a vivência no campo, predominante no Nordeste, caracterizada a atividades agropecuárias e extrativistas de suma importância para a economia do Brasil e devido sua importância, a urgência em realizar reformas nesse setor para melhorar o avanço econômico desse setor; e a vivência na zona urbana, predominantes nas regiões Sul e Sudeste, devido a sua crescente industrialização. Com isso, iniciou-se seu processo de superação a população do campo, processo esse que ocorreu de maneira rápida e intensa resultando em grandes transformações na estrutura social do Brasil, apontando um possível crescimento da classe média no Brasil, e a figura do operário como representante da classe trabalhadora. Devido a rapidez no processo de urbanização, cresceu também os problemas sociais como desigualdade de renda, as classes populares sendo atingidas pela pobreza, falta de moradia e condições precárias de saúde. Com essas problemáticas em questão, surge novamente o Governo Federal como a solução desses problemas, buscando ações que incluam os atingidos para assim, progredir, a intenção era expor os problemas de maneira a conscientizar os alunos, no entanto, colocando o Governo como solução desses problemas, de forma a afagar o ego dos órgãos que fiscalizará sua obra.

(...) Começaremos pela nossa evolução política. Em seguida, estudaremos o funcionamento dos **poderes constituídos**, com a finalidade de analisar melhor as características da democracia brasileira. Por fim, nosso estudo focalizará os grandes objetivos nacionais, particularmente a **segurança nacional**. (Trecho que precede a Unidade IV: O funcionamento da nação) (p. 103).

A Unidade IV trata-se, basicamente, das questões políticas brasileiras, trabalhadas no livro desde o processo da independência. No período pós independência, entrou em funcionamento o imperialismo, que introduziu a ideia de criação de uma Constituição, como citado anteriormente. Essa constituição tinha como objetivo trazer mudanças para a sociedade brasileira daquela época, no entanto, após a primeira Constituição feita em 1824, o povo percebeu que as mudanças desejadas não ocorreram da maneira que se esperavam. O que se obteve foi uma administração autoritária, centralizada e unitária. Após o breve período monárquico que o Brasil passou, dando espaço para o sistema republicano entrar em vigor, houveram, como consta no livro duas importantes Cartas – 1891 e 1934 - que regulamentaram a estrutura política, servindo como base para o sistema que conhecemos atualmente. Posteriormente ao golpe militar, em 1967 foi promulgada mais uma Carta e em 1969, no período mais tenso do regime militar, houve a Emenda Constitucional, que regulamenta diversas leis que favoreceram os militares, colocando de maneira indireta, uma crítica direcionada aos militares que buscaram imediatamente favorecer sua classe para assim permanecer por um bom tempo no poder.

No segundo tópico, há a exposição do funcionamento das esferas de poder, obviamente pautada no contexto a partir de 1964. Iniciando pelo Poder Legislativo, que na Constituição de 1967 estabelece uma estrutura onde englobava a Câmara dos Deputados e Senado Federal, que tinham como função elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo, que é exercido pelo presidente da república, naquela época apoiado pelos Ministros de Estado, com a observação de que nesse contexto ditatorial não havia eleição para escolha da população para presidente do país, a escolha era feita através de Colégio Eleitoral realizado pelos próprios militares. Por fim, o Poder Judiciário, que possui a função de aplicar as leis, que além de seus órgãos regulares, com a Emenda Constitucional de 1977, apresentou um novo órgão: o Conselho Nacional da Magistratura – CNM. Graças a constituição a Constituição de 1967, houveram garantias de benefícios para os membros desse poder, como poder vitalício (que seria perdido somente por sentença judicial), e aposentadoria garantida após trinta anos de serviços públicos prestados.

O tópico trata-se da dinâmica da República no Brasil, suas características e objetivos. Há uma ocultação acerca da exposição do conceito de República no início deste tópico, pois é visto que os representantes são eleitos por voto popular, o que em partes ocorreu “normalmente” no período ditatorial, a ocultação em questão é ausência da presença do povo na decisão para presidente. No mais, no decorrer desse tópico é explicado como funciona a

dinâmica dos estados, onde cada um possui seu conjunto de leis, porém essas leis não são soberanas a Constituição Federal, que tem como função representar a população, de modo a atender às suas demandas.

No último tópico, realiza-se um destaque a segurança nacional, que pela visão dos militares, é fundamental para a Nação e deve estar contida na Constituição Federal. Dito isso, contido no Artigo 89 da Constituição Federal está exposto às funções que o Conselho de Segurança Nacional deve realizar, que é primordialmente defender a política nacional, além da defesa do território e dos recursos naturais. Graças ao golpe militar, nesse caso “revolução”, foi atribuído às Forças Armadas esse papel de defender a soberania nacional, defender os princípios expostos na Constituição Federal elaborada pelos mesmos sujeitos além da fiscalização sobre o cumprimento das leis.

A **educação** é um dos principais elementos indicadores do grau de desenvolvimento de um povo. (...) Vamos procurar situar a questão da educação no quadro geral dos problemas do desenvolvimento nacional (...) A discussão da realidade educacional brasileira certamente interessa a você. Como estudante do 2º grau, você é um dos personagens dessa realidade. (Trecho que precede a Unidade V: Educação para todos) (p. 132)

Na introdução do primeiro tópico desta Unidade, o autor retoma a ideia da importância da educação para o desenvolvimento nacional, comparando os países desenvolvidos, que possuem uma boa estrutura educacional, graças a altos investimentos tecnológicos e estruturais em escolas e centros de pesquisa. No Brasil, é defendido que a educação ganhou mais visibilidade graças à revolução de 64”, proporcionando uma ampliação em sua estrutura tornando-a uma prioridade nacional.

Há a acusação da negligência dos problemas que assolam a educação em um período anterior a ditadura, no entanto, essa crítica é direcionada aos militares, com distorção do contexto histórico, uma vez que durante esse período ditatorial, houve o aumento e exposição de problemas que atingem intensamente a educação, como aumento da evasão, falta de investimento, elevados índices de analfabetismo, estruturas sucateadas e incentivo ao ensino privado. Tendo em vista essas problemáticas, cita-se as intervenções no ensino, realizadas pelos militares, como a Lei da Reforma do Ensino, aprovada em 1971 que desencadeou mudanças profundas na estrutura da educação.

O tópico seguinte é dedicado às reformas de ensino baseado na Lei de Diretrizes e Bases- LDB previsto na Lei 5.692 de agosto de 1971 que regulamentou e trouxe mudanças na educação básica, definindo 1º e 2º grau de ensino – que conhecemos por Ensino Fundamental

e Ensino Médio, respectivamente -, além da Lei nº 5540 que regulamentou o Ensino Superior, em 1968.

A lei 5.692, além de regulamentar o ensino de 1º e 2º grau, regulamenta também o ensino profissionalizante no currículo escolar, apostando assim na preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Essa visão profissionalizante do ensino acaba por descaracterizar a função que a escola possui, que é a de formar um cidadão politizado, pensante e crítico. Juntamente com o ensino profissionalizante, houveram mudanças na estruturação do currículo escolar, como a inserção dos Estudos Sociais, como já comentado no capítulo anterior deste trabalho.

Para manter o equilíbrio nas críticas que Teixeira tece nessa Unidade, há a presença da distorção, pois é citado que as transformações foram bem aceitas pela sociedade, contudo houveram inúmeras críticas a essa reforma, apontando que essas reformas intensificaram o caráter tecnicista na educação, ceifando o humanismo que devia se fazer presente no âmbito educacional. Ou seja, a formação intelectual dos alunos seria prejudicada devido ao foco tecnicista. Essas críticas ficaram incubadas na sociedade, Teixeira buscou viabilizá-las de maneira sutil, como todo o conjunto de críticas contido neste livro, o exemplo disso, é o trecho de uma entrevista no qual os autores colocam como documento, que exhibe o levantamento de problemáticas pertinentes, tendo em vista o desafio do Brasil com o analfabetismo e programas eficientes para combater a evasão escolar:

Figura 4 – Documento retirado do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau

Documento

"A principal causa da evasão é a necessidade de trabalhar. No terceiro ano, o aluno sai da escola para trabalhar. É um problema sócio-econômico. A família tem que viver. Outras crianças saem sem explicação. Após trinta dias de faltas, não dá para voltar. Há a mudança da população dos bairros, impedindo a comprovação da evasão escolar.

O que fazer? Trabalhar de dia e estudar à noite? Mas, em 1971 foi grande a evasão de cursos noturnos.

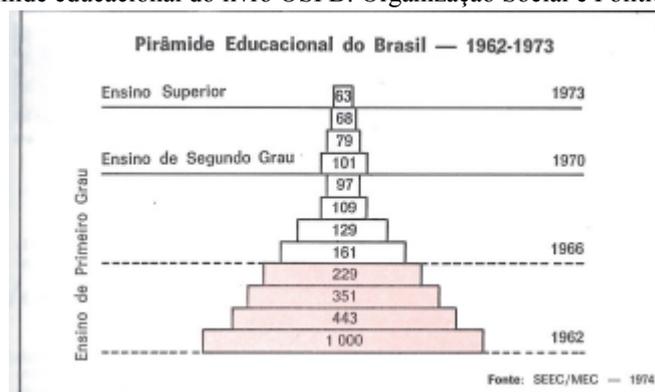
Já a repetência tem causas de mais fácil solução. A criança que vai para o 1º ano precisa desenvolver habilidades motoras e de raciocínio. Teria que ir para o jardim da infância, sem o que não estará preparada. É grande o número de crianças desse nível, principalmente em escolas situadas em vilas operárias. Não há jardim de infância, e a repetência começa no primeiro ano."

(Nara Costa Rodrigues, professora do ensino municipal de Porto Alegre, em entrevista à revista *ESCOLA*, Ed. Abril, abril de 1972.)

Fonte: Livro dos autores Teixeira e Dantas, 1980.

Já a reforma no ensino superior, apontam a crescente demanda, apesar de não ser equivalente à qualidade. Para validar esse dado, apontam o fato da ausência de formação acadêmica dos professores, onde poucos possuíam a graduação e pouquíssimos possuíam mestrado ou doutorado, no entanto, não é exposto as causas dessa problemática, deixando uma lacuna proposital, além dos cursos de curta duração, que tinham como princípio formar rapidamente para lançar no mercado de trabalho, retirando o aprofundamento teórico e a reflexão.

Figura 5 – Pirâmide educacional do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau



Fonte: Livro do autor Francisco Teixeira, 1980.

Na segunda parte desta unidade, o destaque são os projetos de ensino que buscavam “recuperar” paralelamente as alterações previstas em lei os prejuízos que a falta de visibilidade causou na educação. Para isso, a solução foi implementar projetos de curta duração e de baixo custo, como complemento, “para recuperar o tempo perdido” (p.146). É

citado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL – que proporciona ao aluno a leitura e a escrita, além de formar um “cidadão autêntico”, politizado, conhecedor dos seus direitos e deveres.

Não apenas o MOBRAL, houve também a presença do Projeto Minerva, que tinha como sentido transmitir para os alunos conteúdos educativos e culturais através dos meios de comunicação como rádio e televisão com a ideia de que eram instrumentos de fácil alcance e de baixo valor. Essa expansão para os meios de comunicação, segundo o autor, servia para se obter um maior alcance nacional e assim crescer a integração nacional na educação.

Por fim, no último tópico, buscou-se expor a fundo as problemáticas enfrentadas pelo governo acerca da educação. A ciência dos problemas que atingiram a educação foi transmitida pelo autor nessa Unidade, contudo, a transmissão desses fatos fora muito sutil e distorcida, pois queria atribuir aos militares um papel heroico na resolução desses problemas educacionais. A primeira problemática levantada foi a evasão escolar, que é o abandono dos alunos antes de concluir a etapa de ensino que estaria cursando. A distorção encontrada nesta questão é a de que a evasão estaria diminuindo ano após ano, quando na verdade era o contrário, a evasão crescia devido os problemas sociais como a pobreza e a dificuldade em obter os materiais didáticos necessários que atingiam constantemente a classe popular, dificultando sua permanência no âmbito escolar.

Outra problemática importante a ser citada, é a ausência da profissionalização para o mercado de trabalho. A alegação feita é a de que o ensino técnico estava de lado, e isso atrapalhava no mercado de trabalho, para solucionar esta questão, reformularam o 2º grau (Ensino Médio), para que o jovem que concluísse esta etapa pudesse estar minimamente pronto para vender sua mão-de-obra para o mercado de trabalho, porém a proposta desse ensino técnico havia empecilhos como a falta de professores capacitados na escola regular e a falta de estrutura. Paralelo a esse ensino na escola regular, houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC -, que ofertavam cursos de capacitação para jovens e adultos terem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Ainda assim, com todas essas propostas, ainda havia uma parcela considerável da juventude que ansiava uma vaga no ensino superior, terceiro desafio encontrado na educação, uma vez que a quantidade de vagas no ensino superior não era proporcional à demanda da juventude. Os militares observando isso, buscaram dificultar o acesso ao ensino superior, que já possuía um processo dificultoso naturalmente, mantendo o vestibular como porta de entrada para as universidades:

A faculdade passou a ser a grande meta da maioria dos alunos dos colégios dos centros urbanos. Esse fato desestimula o interesse dos jovens estudantes para uma formação profissional imediata. (...) O Ministério da Educação está seriamente preocupado e empenhado no aperfeiçoamento da estrutura do vestibular. Mas este continuará sendo “um mal necessário” por algum tempo ainda. (p. 155-56).

Diante desta citação e da Unidade no geral, podemos perceber a astúcia que Teixeira teve em escancarar os problemas da educação, e ao mesmo tempo colocando os governantes como agentes de resolução desses problemas, uma vez que a educação é um setor crucial para um país e os militares buscavam moldar, limitar e distorcer o ensino, gerando e intensificando problemas que perduram até os dias atuais.

(...) O avanço científico e técnico é um dos elementos que assinalam o grau de desenvolvimento de um país. Vamos também estudar as transformações mais importantes da cultura brasileira. Essas mudanças, em grande parte, são reflexos da evolução econômica e social do país nas últimas décadas. (Trecho que precede a Unidade VI: Ciência e cultura no Brasil) (p. 158).

A ciência e as pesquisas de cunho científico são aspectos importantes para um país, uma vez que uma ciência em progresso serve de parâmetro para o progresso do país. O Brasil nesse contexto, buscava encontrar seu modelo de desenvolvimento científico e, juntamente com essa busca, precisava da ampliação dos laboratórios e pesquisadores. Para solucionar essa busca, encontrava-se na juventude brasileira, possíveis cientistas e pesquisadores que pudessem contribuir para o avanço da ciência em nosso país e assim, aos poucos conquistando sua autonomia, sem precisar de auxílio estrangeiro.

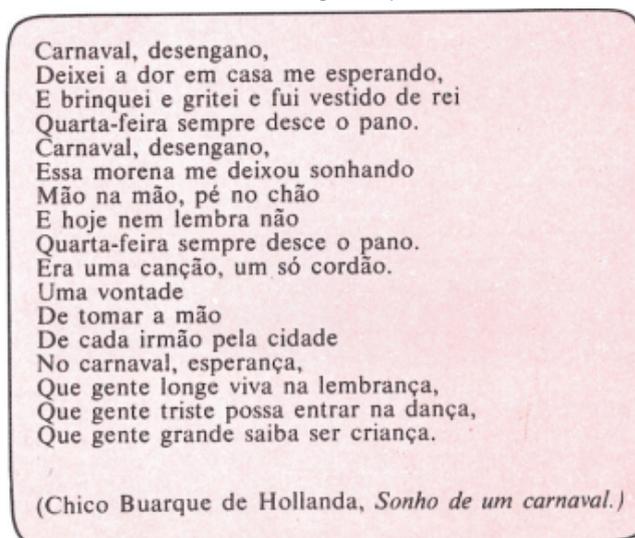
Contudo, além da estrutura e pessoas minimamente capacitadas para a ciência, havia outro fator importante: o investimento. Dito isso, o governo surge novamente com “soluções” como programas de ampliação, modernização e apoio aos centros de pesquisas, além da parceria com os estados e empresas privadas, buscando atraí-las para investir recursos para esse campo.

Além da ciência, esta unidade trata também das questões culturais no Brasil, que também estava em período de mudanças, graças às condições sociais, políticas e econômicas que cercam o país. Neste aspecto, há um sentido indireto do autor sobre o pertencimento da cultura, alegando que alguns elementos culturais como a música e a literatura são pertencentes a uma parte da sociedade que possui ensino superior somente, tratando-se assim de uma segregação, uma vez que a cultura é algo extrínseco a inteligência, não há a necessidade de

um ser possuir inteligência para manifestar tais elementos culturais, como a música por exemplo.

A base da cultura segundo o autor é agrária, passando por transformações que o processo de industrialização acarretou na sociedade brasileira. Além disso, as raízes culturais do Brasil encontram-se entrelaçadas e misturadas, pois em seu processo de formação, três grandes culturas distintas – indígenas, europeias e africanas – predominavam paralelamente neste território. Essa mistura enriqueceu culturalmente o Brasil, gerando elementos culturais brasileiros autênticos na música, na literatura, nas tradições e nos meios de comunicação, que passaram a ser os meios principais de influências. Isso atraiu a atenção do governo, que utilizou os meios de comunicação para disseminar seus ideais culturais, censurando todo e qualquer tipo de influência contrária aos seus pensamentos. Uma análise curiosa desta Unidade, é a ousadia que os autores têm em citar grandes nomes da música brasileira como Gal Costa, Elis Regina, Chico Buarque e Gilberto Gil como grandes nomes da música daquela época, quando na verdade, todos esses cantores citados demonstraram sua forte oposição ao regime graças as suas músicas, que com muita sabedoria, compunham letras carregadas de indiretas, alfinetadas e reprovações acerca do regime que estava em vigor. Indo além das citações desses cantores como grandes músicos no livro didático, apresentaram- um trecho de uma música do Chico Buarque de Hollanda, uma das vítimas da ditadura que mostrou muita resistência através de suas músicas:

Figura 6 – Documento retirado do livro OSPB: Organização Social e Política do Brasil 2º grau



Fonte: Livro do autor Francisco Teixeira, 1980.

Para completar o estudo que fizemos até agora da realidade brasileira – realidade sócio-econômica, política e cultural - resta avaliar nossas relações com os outros países. Relações comerciais, políticas e culturais. Afinal, ninguém pode viver e

desenvolver-se isoladamente. (...) Será importante também saber até que ponto as relações internacionais, principalmente comerciais, estão sendo ou não benéficas ao Brasil e aos outros países em desenvolvimento. (Trecho que precede a Unidade VII: Nós e o mundo) (p.182).

A última unidade deste livro trata-se da relação do Brasil com os demais países do mundo, de maneira que o Brasil é visto como dependente de outros países, pois carrega consigo atrasos em suas dinâmicas de produção e mão-de-obra. O fato de o Brasil ter seu desenvolvimento tardio, gerou certas padronizações em suas produções, como a importação de matéria prima, máquinas e equipamentos. Essas importações sob a ótica do autor são fundamentais para o desenvolvimento do país, e graças ao governo daquele contexto, o governo buscava reduzir a dependência que nosso país tinha ao fornecer e comprar de outros países, tornando o Brasil, de maneira gradativa, visando seu progresso.

Mesmo com grandes reservas de matéria prima, o nosso país não consegue progredir devido aos altos índices de importação é um processo de industrialização tardio. No entanto, a solução que o autor aponta sobre essa questão é embaraçosa propositalmente, pois segundo ele, o Brasil precisaria aumentar a importação de suas matérias-primas para conquistar mais dinheiro e só assim investir em nas questões econômicas de seu território. Paralelo a isso, aponta que o Governo busca reduzir a dependência que o país possui através do incentivo a indústria de base, criando assim uma dicotomia.

Adiante, é visto as relações que o Brasil possui com países do exterior, ou seja, suas relações políticas exteriores. Iniciando com as relações que o Brasil possuiu no início de sua história como colônia de Portugal, onde outros países europeus viam um potencial de matéria-prima nesse território e desde então buscavam criar relações com Brasil, contudo, o fato de ainda ser uma colônia de Portugal, limita sua autonomia em interagir com os demais países. Posteriormente, França e Inglaterra estabeleceram relações com o Brasil, pela mediação de Portugal, estabelecendo laços políticos, comerciais e culturais. Já perante aos demais países americanos, o Brasil não era muito bem visto, havia certas desconfianças desses países devido ao modelo de governo que o Brasil possuiu, que era a monarquia, enquanto os demais já funcionavam sob o modelo de república.

Com a implantação da república, o Brasil pode expandir suas relações com os países que anteriormente tinham desconfiança, além de outros países. Passando a participar de conferências e organizações importantes, e uma das mais importantes: a Organizações das Nações Unidas – ONU, no cenário pós Segunda Guerra Mundial. Essas questões na obra de

Teixeira são transmitidas de maneira muito rasa, com saltos históricos, e claro, distorções dos episódios contidos neste livro.

Ademais, é exposto que o Brasil carrega consigo uma característica pacífica para lidar com as relações exteriores, característica esta que foi formada historicamente permitindo uma flexibilidade em interagir com um maior número de países. Segundo o governo militar daquela época, o Brasil era um país com um potencial considerável, que estava em pleno desenvolvimento econômico e possuía um status positivo perante aos outros países, e com isso através da diplomacia, ampliaria suas relações com novos países em desenvolvimento e conquistar novos mercados para importar e exportar suas mercadorias.

Por fim, é apresentado às instituições e organizações no qual o Brasil participava naquela época, com ênfase nas instituições participantes na América Latina e na Organização das Nações Unidas (ONU), para evitar a amplitude em relação ao conteúdo.

Tendo em vista a análise realizada no livro didático escrito por Teixeira, podemos concluir que é nítido as distorções realizadas em vários fatos históricos, atribuindo ao Brasil, faces diferentes de acordo com quem as expõe. Teixeira buscava proporcionar ao aluno a sua compreensão a respeito da organização social no Brasil, ressaltando seus ideais, transmitindo através de sua obra as suas ideologias, que eram opostas às dos militares. Com isso, implantava indiretamente a capacidade do aluno de torná-lo um cidadão pensante e politizado, que analisa criticamente e coletivamente a sociedade ao seu redor com o intuito de reconhecer qual é o problema central da sociedade em que está inserido e refletir ações que possam solucionar esse problema, como propõe Bittencourt em suas concepções acerca do ensino de História do Brasil:

O objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo: uma sociedade, um Estado, uma nação, um povo. (p.186).

Com a ambiguidade lançada sobre a disciplina OSPB, nos tempos de redemocratização, a obra de Teixeira soa como uma tentativa de resistir, ainda que sutilmente as imposições feitas pelo Governo na elaboração do livro didático, na busca de reverter os ideais nacionalistas que contaminam o sistema educacional tornando-o uma arma poderosa para disseminação de ideologias. Bittencourt (2007) critica fortemente a imposição forçada pelos ditadores, apontado que os ideais nacionalistas que eram muito ressaltados pelos governantes e seus apoiadores era prejudicial ao processo de modernização do Brasil,

impondo limites em um processo que não deve ser imposto limites severos como os da ditadura. Além disso, a História do Brasil é só mais um fragmento de uma História Geral, que engloba os outros países mundo afora e que deveriam ser de interesse do sistema educacional, uma vez que ambas caminham juntas e uma interfere na outra.

A seleção de conteúdos e a forma de organizá-los não são aleatórios em nenhuma situação escolar e menos ainda nos livros didáticos, e nessa perspectiva estão intimamente ligados às concepções da história ensinada e quanto aos objetivos identitários que pretende mobilizar ou alcançar, como foi anteriormente ressaltado. (BITTENCOURT, 2007, p.188).

Dito isso, os ares carregados de censura, tortura e violência trazidos pela ditadura e suas leis estavam se dispersando, logo, era hora dos professores que em silêncio se opunham às condições impostas pelo regime começarem a resistir a essas imposições. Essa dispersão da era de chumbo, atingiu certamente a OSPB, tornando-a ambígua dentro dos espaços escolares, de um lado havia ainda os apoiadores do governo (professores, escritores de livros didáticos e materiais didáticos), que em suas aulas e materiais persistem em apresentar o governo militarizado como algo positivo, uma revolução, algo ideal, contendo recortes grotescos da História do Brasil, distorção de alguns fatos e termos, além das doses exageradas de ufanismo e devoção à pátria.

Do outro lado dessa ambiguidade, podemos notar certa resistência e oposição de alguns professores que eram contrários aos ideais impostos pela ditadura. Esses professores, juntamente com seus materiais, que é o caso do livro de Francisco Teixeira, distanciaram-se dos conteúdos que eram propostos nos materiais e nas leis que regulamentaram os Estudos Sociais no sistema educacional, alinhando-se aos protestos realizados por movimentos sociais que se opunham à ditadura, mas de maneira suavizada, seja na mudança dos conteúdos, ou em leves críticas indireta ao regime, pois a fiscalização desses materiais ainda estava em pleno funcionamento e podia proibir alguma obra que explicitasse ideais contrários ao do Governo.

Sendo assim, fica claro a importância da estruturação do livro didático, pois como um dos materiais fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem, deve ser transmitido aos alunos de maneira que cumpra com seu objetivo que é de transmitir o conhecimento e promover nos alunos reflexões que o permitem analisar criticamente sua realidade e assim, torná-lo um ser pensante, indo contra o que presenciado nos materiais e contexto histórico de 1964 a 1985.

O nacionalismo calcado em um ideário produzido por regimes ditatoriais é analisado, sobretudo, por intermédio da produção de livros didáticos que têm a tendência em se transformar em um dos principais instrumentos de difusão de uma História Nacional dogmática. (...) Os estudos sobre livros didáticos constataam a difusão de um nacionalismo xenófobo, calcado na constituição de mitos e heróis nacionais com destaque para os chefes políticos e quase sempre enaltecedor de glórias militares. Entre nós, a difusão de uma ideia de nação que nega ou omite as diferenças sociais, culturais e econômicas tem sido constante na trajetória da disciplina de História. (BITTENCOURT, 2007, p. 190-91).

2.2 QUEM ERAM OS SUJEITOS HISTÓRICOS ABORDADOS NA OBRA DE FRANCISCO TEIXEIRA E DANTAS?

Francisco Teixeira, em seu livro didático, buscava romper com os padrões impostos historicamente, intensificados pela ditadura militar no Brasil. No entanto, pelo fato de sua obra ter sido elaborada em um período onde o Brasil podia vislumbrar ares de uma possível retomada da democracia, não poderia arriscar tecer críticas tão pontuais contra o regime, uma vez que os órgãos de fiscalização ainda estavam em pleno funcionamento, analisando os materiais didáticos, aprovando ou reprovando os livros que seguiram seus ideais que cumpriam com seus parâmetros e leis de regulamentação ou o oposto.

Porém, o que se torna invisibilizado nesse contexto é o interesse que se criou quase que repentinamente em cima do livro e materiais didáticos, quando anteriormente não havia fiscalização ou até mesmo condições específicas para aprovar ou não um material didático. Os militares tinham ciência que o livro didático era imprescindível para o processo de ensino aprendizagem em sala de aula, por isso buscou manipular os conteúdos presentes para favorecer seus interesses. Choppin (2002), aponta que algumas características do próprio manual didático colaboram para manter esse desinteresse presente na sociedade. Uma dessas características é a sua banalidade, por sempre estar presente no cotidiano escolar dos professores e alunos, com conteúdo que transmitem monotonia, simplicidade, eventos comuns perante a sociedade. Além do seu “prazo de validade”, que muda conforme os fatos atuais pertinentes em uma sociedade e o método que sugere aplicação do conhecimento em sala de aula.

Além disso, como aponta Choppin (2002):

Os livros de classe são também vítimas de seu sucesso: o desenvolvimento da instrução popular, a instauração do princípio da obrigatoriedade escolar em um

grande número de países industrializados e, mais recentemente, a democratização do ensino e a extensão da escolarização, levaram a uma produção editorial cada vez mais massiva. (p.7)

Sobre a ótica da ditadura militar de 1964, os livros didáticos, de acordo com as obrigatoriedades impostas pelo governo através de decretos e leis, precisavam ser aprovados pelas inspeções promovidas pelos órgãos de fiscalização como o Sistema Nacional de Informações (SNI) e Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), para assim obterem sucesso em suas publicações, pois a intenção era transmitir a sociedade materiais que exaltasse os interesses que o governo propunha, como Choppin (2002) propôs em sua obra:

(...), mas desde 1960, a longevidade das obras de classe foi consideravelmente reduzida: a aceleração do ritmo do progresso econômico, social, técnico e cultural, suscita a massificação do ensino e o desenvolvimento de inovações pedagógicas, e o recurso às novas tecnologias favoreceram, em inúmeros países, a renovação da produção, o crescimento e a diversificação da oferta editorial. (p. 7).

Teixeira tendo isso em mente, buscou ao longo de seu livro didático tecer críticas pontuais sobre o cenário do Brasil naquela época, e com esse objetivo, mascarou suas críticas indicando os governantes como soluções desses problemas. Os problemas apresentados em seu livro iam contra o que se pregava naquela época, através dos discursos carregados de patriotismo, moral e civismo promovido pelos militares, plantando questionamentos na mente dos estudantes, que até então, pela regulamentação e currículo da OSPB, não tinham tido contato com a reflexão, crítica e visão de mundo que a escola proporciona, pois extinguíram disciplinas como História e Geografia que anteriormente ao regime, carregavam consigo essa função analítica e crítica sobre a sociedade e seus elementos.

Além de levantar problemáticas pertinentes àquela época, Francisco Teixeira rompeu, em seu livro didático padrões que há anos haviam sido impostos, sobretudo no ensino de história, como conteúdos repletos de eurocentrismo, protagonismo e heroísmo europeu, invisibilidade social e cultural, questões políticas e desenvolvimentistas. Além de manejar os conceitos trazidos pela ditadura como o patriotismo, tradição, moral e civismo, que através da análise realizada anteriormente, equilibrou as problemáticas levantadas, passando assim pelas inspeções.

Sua obra proporcionou visibilidade para sujeitos históricos e aspectos da sociedade que até então permaneciam ocultos ou até mesmo pouco citados no contexto em análise, sobretudo as camadas populares que enfrentavam diversos problemas econômicos devido e pobreza que atingia grande parte da população, sociais devido o preconceito, censura e

violência e educacionais pela falta de oportunidades e investimentos, além do incentivo ao ensino privado que somente a elite podia pagar. Problemas que já eram visíveis antes ao golpe, e ganharam intensidade pós golpe.

Com isso, afirma-se a ideia de que o livro didático é um instrumento utilizado para a doutrinação de uma sociedade e nele contém as ideologias de quem o escreve. Pensamento observado nas obras de Bittencourt (2007), Schmidt (2004) e em especial, Fonseca (2003), que aponta:

A formação moral e a transmissão de valores sempre estiveram presentes na educação brasileira, porém, a forma de transmitir isso e a concepção acerca desses valores têm variado segundo o contexto sociopolítico e as forças sociais dominantes no país.

Com o golpe militar de 1964, o Estado passa a se preocupar com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica pela ótica da doutrina de segurança nacional, havendo, como contrapartida, a descaracterização e o esvaziamento do ensino de história nas escolas. (p. 21)

2.3 AS ALTERAÇÕES CURRICULARES DE 1969 E 80 E OS IDEAIS DE FRANCISCO TEIXEIRA EM SEU LIVRO

Conceitos como nação, pátria, integração nacional, tradição, lei, trabalho e heróis passaram a ser o centro dos programas da disciplina educação moral e cívica, como também deviam “marcar” o trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extraclasse com a participação dos professores e das famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas. A disciplina organização social e política passou a ser vinculada a educação moral e cívica, “segundo a esteira de seus princípios norteadores”. (FONSECA, 2003, p. 21).

A fala de Fonseca, resume quais eram os objetivos iniciais que o governo tinha com as disciplinas EMC e OSPB, baseado na regulamentação do decreto-lei nº 869/69 que impôs esses elementos citados acima como currículo dessas disciplinas. Mais adiante, com o parecer 94, de 4 de janeiro de 1971, que seguindo o decreto-lei citado, estabeleceu e regularizou o currículo das disciplinas EMC e OSPB, que serão apresentados neste trabalho com formato de tabela, especificamente no conteúdo para o 2º grau, uma vez que o livro de Francisco Teixeira é direcionado para essa etapa.

Tabela 1 – Conteúdo Programático de OSPB em 1971 para o 2º grau

| Conteúdo programático de OSPB do período de 1971 para o 2º grau | |
|--|-----------------------|
| Objetivos Comportamentais | Conteúdo Programático |

| | |
|--|---|
| <p>- Identificação, pelo aluno, da posição do Brasil no contexto das nações; - Conhecimento dos problemas brasileiros, objetivando uma futura e eficiente participação na solução dos mesmos; - Compreensão das aspirações do povo brasileiro.</p> <p>Enfoque: País – suas relações com o Mundo; sua problemática e metas. Símbolos Nacionais – Conhecimento e uso.</p> | <p>Unidade I- O Brasil e o Mundo. A Comunicação – Intercâmbio de civilizações e culturas – Necessidade da formação do espírito crítico do adolescente, permitindo-lhe analisar o conteúdo da comunicação e selecionar-lhe os elementos realmente válidos. Integração do Brasil na Civilização Ibero-Americana e no contexto mundial – Arte, Literatura, Folclore, como formas de integração. A ciência – seu poder atual na criação do progresso e na influência das grandes potências. Relações Internacionais – Órgãos de representação no exterior. Instituições responsáveis pelo intercâmbio entre as Nações: ONU – OEA. As declarações dos direitos humanos.</p> |
| | <p>Unidade II – Problemática Brasileira Problemas Brasileiros:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Homem Brasileiro: formação étnica e cultural 2. Regiões brasileiras: disparidades regionais. 3. Educação: diagnóstico e soluções. 4. Ciências e tecnologia. 5. Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação. Saneamento básico. 6. Política habitacional. 7. Trabalho e Previdência Social. 8. Mercado de trabalho – Estrutura de Recursos Humanos necessária ao desenvolvimento do País. 9. Comunicação. A Embratel. 10. Os transportes e a economia brasileira. 11. Política energética. 12. Agricultura – Reforma Agrária – Desenvolvimento agropecuário. 13. Desenvolvimento industrial. 14. Comércio interno e externo. 15. O planejamento na administração brasileira. |

Nesta tabela que contempla o conteúdo programático proposto em 1971, ainda na fase mais pesada da ditadura, podemos observar objetivos de conteúdo que buscavam problematizar em contexto social no qual o aluno vive, porém essa ideia problematizadora é enfraquecida, propositalmente quando nosso olhar é direcionado para os currículos previstos para tratar essas problemáticas. Para toda problemática, há a figura do Governo como verdadeiros heróis na resolução desses desafios, com sua “sabedoria” em administrar o país, além de criar leis, decretos e programas que possuem propostas de solucionar completamente tais desafios presentes na sociedade brasileira.

A exposição desses conteúdos comprova o pensamento de que o ensino, sobretudo o ensino de história, por conter um teor político superior às outras disciplinas, acabar por ser manipulado para atender os interesses de quem está no poder:

Fica evidenciada, nos conteúdos mínimos, a dimensão doutrinária conservadora da educação moral e cívica e de OSPB, além de uma série de noções e conceitos genéricos de história, geografia, política, sociologia, filosofia etc. Isso nos leva a concluir que, no seio da deliberada tentativa de substituir história e geografia por estudos sociais, havia uma intenção de dissolução desses campos do saber como disciplinas formadoras do espírito crítico. (FONSECA, 2003, p. 24).

Sigamos então para as alterações que o currículo da disciplina OSPB sofreu em 1984 através do documento intitulado: Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º Graus, elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo – CNMC, em 1984, em um contexto histórico muito próximo ao marco da redemocratização do Brasil:

Tabela 2- Conteúdo Programático de OSPB em 1984 para o 2º grau

| Conteúdo programático de OSPB do período de 1984 para o 2º grau | |
|--|---|
| Objetivos | Conteúdo Programático |
| <p>O aluno deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceituar Povo, Nação e Estado e identificar os elementos que estruturam o Estado e suas relações. - Distinguir as diversas formas e modalidades de organização e regimes de governo para que possa estabelecer comparações e confrontos. - Conceituar Constituição e reconhecer os vários tipos de Constituição considerando a origem, a estrutura e a forma. - Identificar a evolução da organização constitucional brasileira. - Comparar e contrastar as características mais gerais das diferentes constituições brasileiras. - Identificar as características principais da atual Constituição do Brasil. - Analisar a estrutura do Estado Brasileiro e as inter-relações dessa estrutura nos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, estaduais e municipais. - Identificar a evolução brasileira para o planejamento racional com a maior participação de cientistas e técnicos. - Analisar a política externa do Brasil considerando como linha de conduta o respeito e o direito à autodeterminação dos povos. - Reconhecer os direitos e deveres do Estado em relação ao indivíduo em relação ao Estado. | <p>I – Campo Político</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organização Política, Constitucional e Administrativa. |
| <p>Possibilitar ao educando oportunidades para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que a família brasileira sofre influência de diversos fenômenos sociais, transformando-se. - Identificar os contrastes entre a sociedade rural e urbana, a primeira mais estática e a | <p>II – Campo Social e Econômico</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organização sócio-econômica. |

| | |
|---|---|
| <p>segunda mais dinâmica, destacando as inter-relações que existem entre o campo e a cidade.</p> <p>- Distinguir os fatores que determinam as diferenças regionais e relacionar os programas assistenciais que visam a um melhor aproveitamento da capacidade da região.</p> | |
| <p>- Identificar a importância dos jesuítas no processo educacional da colônia, relacionando-a com a preservação da unidade da cultura lusa.</p> <p>- Comparar as fases da evolução educacional brasileira até a 1ª República e confrontá-las com as ideias da “Escola Nova” que norteiam as novas correntes educacionais do Brasil.</p> <p>- Identificar a ação dos Conselhos de Educação.</p> | <p>III – Campo Cultural</p> <p>1. Organização Educacional e Cultural.</p> |

Já neste currículo, podemos perceber uma melhor estruturação no que diz respeito aos objetivos e conteúdos propostos, além de sugestão de atividades previstos neste documento, a fim de serem realizadas em sala de aula, visando impor aos professores o processo de ensino-aprendizagem completo, para não houvessem contra mãos nas execuções desses conteúdos.

Mas, como citado por vezes neste trabalho, a OSPB tornou-se ambígua, mostrando uma face que possuía caráter de resistência, mostrando para quem a torna como instrumento de pesquisa que nem os órgãos fiscalizadores da época foram capazes de refrear esses atos de resistência.

Nos anos 80 vivenciamos uma realidade contraditória e rica. De um lado, um amplo debate, troca de experiências, um movimento de repensar as problemáticas das várias áreas. De outro, a permanência de uma legislação elaborada em plena ditadura. Educação moral e cívica, e organização social e política do Brasil continuaram sendo disciplinas obrigatórias para o ensino de 1º grau, embora esvaziadas dos projetos para os quais foram criadas. Foram definitivamente “invadidas pelos conteúdos de história”. (FONSECA, 2003, p. 25).

Dito isso, o debate acerca do caráter da disciplina OSPB tornou-se crescente entre os professores, indo além: protestos, greves e lutas foram adicionados a esse movimento de resistência. Juntamente a isso, houve a luta dos professores acerca da reformulação do currículo escolar, sendo atendido anos depois do término da ditadura militar, onde novamente

a estrutura política educacional passou por alterações, extinguindo de vez as disciplinas EMC e OSPB, e admitindo as disciplinas de história e geografia.

A partir dos anos 90, no contexto neoliberal-conservador, de globalização econômica, as disputas e lutas em torno de uma nova política educacional e da nova Lei de Diretrizes e Bases foram paulatinamente alterando a configuração das dimensões constitutivas do ensino de história. (FONSECA, 2003, p. 26).

Em seu livro didático, tendo em visto o contexto e as condições no qual foi publicado, seguiu os conteúdos programáticos presentes nas tabelas acima, porém, o que torna sua obra um sinal de resistência é a forma como expõe suas críticas, que por vezes foi além dos indicativos dos currículos, demonstrando silenciosamente seu descontentamento com o Governo e sua gestão em nossa sociedade.

O caso de Francisco Teixeira ecoa tantos outros escritores e professores que buscaram resistir e se opor ao sistema, buscando os artifícios que lhe eram cabíveis, exibindo para a sociedade uma face que tentou ser ocultada pela censura. Isso permite que pesquisadores, historiadores e estudiosos da área possuam uma outra versão dos fatos que a todo custo foram manipulados, sobretudo no livro didático, material fundamental no ensino, que permite exibir de que maneira a sociedade era vista e pelos interesses de quem controlava o sistema.

As mudanças na produção do conhecimento chegam à escola básica e ao público em geral não só pelos novos currículos, mas, sobretudo, pelo material de difusão, produto dos meios de comunicação de massa: livros didáticos e paradidáticos, jornais, revistas, programas de TV, filmes e outros. Assim, pensar o ensino de história e os materiais didáticos implica refletir sobre as relações entre indústria cultural, Estado, universidade e ensino fundamental e médio. (FONSECA, 2003, p. 50).

Percebemos que existia ainda um consentimento em torno da discussão de moral e civismo nos anos 1980 para que a obra de Teixeira & Dantas fosse aprovada pela ditadura militar. No entanto, algumas questões em torno da cultura e da educação do período que não estavam presentes no decreto lei de 869 de 12 de setembro de 1969, a saber, a cultura popular tornou-se um “ponto fora da curva” nesse contexto de crise e de contestação das ideias cívico-nacionalistas pensadas neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OSPB entre a lei federal de 869 e a redemocratização: caminhos abertos sobre os problemas sociais e políticos do Brasil.

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso procurou-se apresentar uma leitura da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) através de um material didático lançado nos anos 80 do século XX. O momento era propício para se repensar as questões sociais e as políticas que germinaram no seio da sociedade brasileira no início dos anos 60 quando se implementou a ditadura militar em nosso país.

A análise do livro didático OSPB de Dantas e Teixeira possibilitou observar os saberes sociológicos presentes nestas disciplinas de cunho cívico-nacionalistas recriadas em 1969, fica-se uma pergunta: quem se quer educar? Querem domesticar a juventude brasileira para que não contestem as ações pretendidas pela ditadura militar em tempos de redemocratização. A história da educação brasileira já realizou uma leitura interessante sobre os programas e conteúdos curriculares da EMC, por exemplo, o que se aproximam das leituras para se pensar a disciplina OSPB, com isso, tanto uma quanto outra disciplina tenta delimitar a ordem social vigente.

Portanto, nesse contexto de transição os autores Teixeira & Dantas tentaram construir uma história que servisse para pensar uma nova sociedade que estava emergindo, bem como não desagradasse os olhares dos censores em tempos de ditadura militar. Percebemos que a obra didática não é um material didático convidativo, o que fica expresso na capa deste material didático. Os autores chamam a atenção para a nomenclatura da disciplina, e não para os sujeitos, os processos históricos e a escrita de narrativa didática que se quer privilegiar ao longo de sua obra didática.

No quesito da questão econômica e sua aceleração econômica nos anos 70 a fim de atender os interesses da burguesia capitalista tanto a nível nacional quanto internacional, percebemos que nos anos 80 ocorreu uma desaceleração econômica, e foi bastante criticada

pelos economistas e diversos grupos sociais nesta década, no entanto, essa questão acabou não sendo tocada na obra didática. Tem-se uma visão ufanista e conservadora da ditadura militar por dentro da obra didática analisada.

Era necessário moldar a consciência dos jovens estudantes brasileiros no ensino médio através da disciplina OSPB, a fim de que eles não refletissem sobre a realidade social e conectasse as contradições existentes em nosso país somente com o seguinte objetivo: manter a ordem social vigente a partir da classe dominante que assumiu o poder em 31 de março de 1964 para o dia 1 de abril de 1964.

No entanto, questões como a “educação para todos” os segmentos da sociedade brasileira foram sendo visualizadas na discussão proposta por Teixeira & Dantas em sua obra didática, assim, espera-se que a discussão de valores democráticos fosse mobilizada pelos professores que escrevem essa obra didática nos anos 80. Não temos a intenção neste trabalho de conclusão de curso analisar os usos e apropriações do livro didático OSPB de Teixeira & Dantas, pois, demandaria realizar uma outra pesquisa de campo sobre os professores e alunos que tiveram contato com essa disciplina.

Ao reafirmar a “educação para todos” fica implícito que os autores deste material didáticos estão criticando o modelo de educação pensado pela ditadura militar, que se desenvolveu ao longo dos 21 anos de ditadura militar de maneira desigual e elitista, o que resultou nos interesses de quem tem o monopólio do conhecimento, ou seja, para os filhos da classe dominante prevaleceu uma formação enciclopédica, e para os filhos da classe trabalhadora prevaleceu o ensino profissionalizante. Portanto, o projeto de nação da ditadura militar estava em curso e trouxe consequências para o ensino das humanidades conforme já bastante revisitado na historiografia da educação brasileira³.

Existe algumas permanências do período vigente na educação brasileira, podemos observar essa relação quando os autores justificam a centralização do poder central na figura do presidente da república do Brasil, exercendo poderes supremos para governar o Brasil, assim tenta-se justificar que em nosso país vivia-se em uma democracia, pois, era comandado por um presidente mesmo que sem eleições diretas. O livro de Teixeira & Dantas argumenta o tempo todo que o regime de governo adotado durante os anos 80 do século XX era o liberal-democrata.

Percebemos que para convencer os censores da ditadura militar a aprovarem o livro didático em questão tiveram que utilizar alguns artifícios para assegurar o poder nas mãos dos

³ Por exemplo, o trabalho clássico na rememoração dos 50 anos da ditadura militar e sua relação com o ensino de História, que é o trabalho de SCHMIDT (2014) debate nessa direção.

militares. A disciplina OSPB como expressão da imagem da sociedade brasileira em tempos de redemocratização representa uma forma de mascarar a realidade social e política no qual a partir de 1977 diversos movimentos sociais estavam organizando-se para contestar o poder dos militares no Brasil.

O conceito de sociedade presente na obra de Teixeira & Dantas dentro do livro didático OSPB é alinhada ao conceito da escola positivista que tinha como seus representantes Auguste Comte e Émile Durkheim, sendo a expressão da ordem burguesa vigente no Brasil à época, e que estava alicerçada na bandeira nacional com a frase “ordem e progresso”. Portanto, era necessário naturalizar uma ideia na sociedade brasileira de que havia uma harmonia entre os grupos sociais, e não havia conflitos na sua luta por direitos.

A relação sociológica estabelecida dentro do livro didático OSPB demonstra que existia no Brasil uma ideologia dominante que era estabelecida pelas relações de poder e se trata da dominação da classe burguesa (dominante) sobre os outros que não detém as relações através do Estado. A disciplina OSPB servia como extensão do Estado autoritário na sala de aula através de sua prática educativa e sua relação com os materiais didáticos.

Por exemplo, questões como o racismo, a questão da mulher no mercado de trabalho, a questão dos povos indígenas, a questão das desigualdades sociais no interior da sociedade, a reforma agrária e a luta pela terra foram temas que não privilegiaram nas discussões pensadas por Teixeira & Dantas durante os anos 80. Poderiam fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento e nacionalidade pensadas pela ditadura militar em tempos de redemocratização. A abertura política nos anos 80 possibilitou construir uma “transição lenta, gradual e segura” da ditadura militar para a democracia, foi a estratégia usada por Geisel e Golbery, primeiro enfraquecendo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era o único partido de oposição ao regime militar, e com isso, não enfrentar os problemas sociais e políticos do Brasil.

Ficava evidente que os militares estavam receosos que as discussões de resistências e críticas às ações de determinados grupos fossem questionadas nas escolas de ensino médio por dentro da disciplina OSPB, o que nem sempre surtiam efeito. Havia uma leitura da sociedade que era necessário combater a ditadura militar por dentro da ditadura, por isso, as disciplinas autoritárias (EMC, OSPB e EPB) eram propícias para se pautar novos sujeitos, novos temas e novos problemas dentro da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Davison Hugo Rocha. “**Se os pobres se unirem com a igreja poderão conseguir seus direitos**”: por dentro da disciplina ospb contestando a ditadura militar no Brasil. Trilhas pedagógicas, Pirassununga, v.14, n. 11. p. 344-361, ago.2021.

BITTENCOURT, Circe. **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0869.htm#:~:text=DECRETO%20DLEI%20N%C2%BA%20869%2C%20DE%2012%20DE%20SETEMBRO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20inclus%C3%A3o%20da,Pa%C3%ADs%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio>. Acesso em: 28 set 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 19 out 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº547 de 18 de abril de 1969.** Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 abr. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-547-18-abril-1969-374120-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 out 2023.

BRASIL. **Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971.** Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 23.

BRASIL. **Lei nº 5.327 de 2 de outubro de 1967.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. Brasília, DF, 2 de outubro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15327.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.327%2C%20DE%20%20DE%20OUTURO%20DE%201967.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Art. Acesso em 16 nov. 23.

BRASIL. Parecer nº 94/71, de 04 de fevereiro de 1971, do CFE. *In*: AGUIAR, José Márcio, (org.). **CFE – Pareceres Básicos; Reforma – ensino de 1º e 2º graus.** Brasília: Mai Editora, 1975. v.1.

Chervel, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria & Educação, 2, 177-229, 1990.

CHIAVENATTO, Júlio. **O golpe de 1964 e a ditadura militar.** São Paulo: Moderna, 2014.

CHOPPIN, Alain; BASTOS, Tradução Maria Helena Camara. **O historiador e o livro escolar.** Revista História da Educação, p. 5-24, 2002.

FAGUNDES, Pedro. **Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas pelo passado.** Vitória: Multifontes, 2019.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.** Cadernos Cedes, v. 28, p. 333-355, 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. História da Educação, v. 19, p. 85-102, 2015.

- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Papyrus Editora, 2003.
- FRANZON, Sadi. **Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileira**. In: EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação. 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (volume 1).
- GOMES, Ângela. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História**. Dossiê: Identidades/Atualidades. Revista Brasileira de História, 19 (38), 1999.
- LIMA, Cecília Neves. **PLANEJAMENTO OU PLANIFICAÇÃO EDUCACIONAL: O PROJETO DA OPERAÇÃO--ESCOLA (1968-1970)**. Revista Contemporânea de Educação, v. 9, n. 17, p. 42-63, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NEVES, Joana. **O ensino de História nos 50 anos do golpe militar--estudos sociais sob a ditadura**. Abud, Kátia; Schmidt, Maria, v. 50, 2014.
- PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti; PELEGRINI, Thiago. **Criação e funcionamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo sob a ótica bourdieusiana**. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 134, p. 105-113, 2012.
- PERUCCHI, Luciane et al. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB**. 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cadernos Cedes, v. 28, p. 291-312, 2008.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.
- TEIXEIRA, Francisco MP; DANTAS, José. **OSPB: Organização Social e Política Brasileira**. São Paulo: Ática, 1980.
- VELOSO, Sheyla Maria Tavares; TORRENTES, José Vinícius. **Os discursos para a formação do cidadão nos livros de OSPB e Educação Moral e Cívica na ditadura militar**. ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, v. 14, p. 1-10, 2016.